



PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DE MONTEMURO, ALTO PAIVA E VOUGA

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO
DA DISCUSSÃO PÚBLICA

EQUIPA TÉCNICA

Direção Geral do Território

Coordenação Institucional

Fernanda do Carmo | Ana Seixas

Gestão do contrato

Fátima Bacharel

Acompanhamento

Marta Rodrigues | Nuno David

Equipa Técnica

Coordenação Geral

Ana Barroco – Quaternaire Portugal

Equipas sectoriais PRGP

Economia e Desenvolvimento Rural: Francisco Avillez | Pedro Serrano | Nélia Aires | Gonçalo Vale | Ana Filipe | – AGRO.GES

Ecológica do Fogo: José Luís Zêzere | Ricardo Garcia | Rafaello Bergonse – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)

Serviços de Ecossistemas: Helena Freitas | Joana Alves | António Silva | Fernanda Garcia | Daniel Ricardo – Universidade de Coimbra

Ordenamento do Território: Madalena Coutinho | Rute Afonso | Susana Magalhães | Daniel Miranda

Stakeholders e Modelo de Governança: Victor Mendes | Ana Barroco | António Figueiredo

Equipa Avaliação Ambiental Estratégica

Coordenação: Carla Melo - Simbiente

Sérgio Costa | Ana Valente| Filipe Martins | Susana Fernandes | Sérgio Almeida | Cláudia Estrela | Ana Oliveira - Daniel Silva | Cristina Padilha - Simbiente

Sistemas transversais (Responsáveis)

Sistema de informação geográfica: Gonçalo Varela | Susana Magalhães

Participação / Capacitação / Comunicação: Ana Barroco

Programa de Implementação, Avaliação e Monitorização de resultados: Artur Costa

Sistema Jurídico: João Miranda

Página propositadamente deixada em branco

ÍNDICE DO VOLUME

1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES	7
2.1. Sistematização das participações	7
2.2. Análise das participações	7
2.3. Síntese da ponderação das participações	9
ANEXO I_PROCESSO PARTICIPATIVO	13
ANEXO II_PRGP_SMAPV: PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES	19
ANEXO III_RA: PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES	41

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1_ Extrato do Aviso n.º 14438/2025/2 de 6 de junho de 2025	4
Figura 1.2_ Fyer de divulgação do período de Discussão pública do PRGP_SMAPV	5
Figura 1.3_Sessão pública de programa	5
Figura 1.4_ Ficha de participação	6

Página propositalmente deixada em branco

1. INTRODUÇÃO

A elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga – adiante designado por PRGP_SMAPV foi determinada pelo Despacho n.º 40352024, de 12 de abril, tendo sido desenvolvido sob a forma de Programa Setorial.

O PRGP_SMAPV foi desenvolvido tendo utilizado metodologias participativas ao longo do seu processo da sua elaboração, cuja síntese dos aspetos mais relevantes se apresenta no Anexo I. Foi acompanhado por uma Comissão Consultiva, coordenada pela Direção-Geral do Território, nos termos do despacho, a qual incluiu um conjunto de entidades relevantes para os interesses públicos a ponderar e que reuniu e emitiu pareceres ao longo da sua elaboração¹, nomeadamente:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- Direção Regional da Conservação da Natureza e das Florestas;
- Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Administrações de Região Hidrográfica;
- Entidades Regionais do Turismo;
- Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- Comunidade Intermunicipal de Viseu, Dão e Lafões
- Câmara Municipal de Castro Daire (CD)
- Câmara Municipal de São Pedro do Sul (SPS)
- Câmara Municipal de Sátão (S)
- Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva (VNP)
- Câmara Municipal de Viseu (V)

Em cumprimento disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei 28-A/2020, de 26 de junho, do artigo 50.º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, e dos n.º 7 e 8 do Decreto-Lei 232/2007, na sua versão actual, o PRGP_SMAPV foi submetido a Discussão Pública através do Aviso Extrato do Aviso n.º 14438/2025/2 de 6 de junho de 2025, bem como o respetivo Relatório Ambiental (adiante abreviadamente designado por RA).

¹ Os pareceres e respetiva ponderação constam de relatório autónomo que acompanhou a discussão pública.

Figura 1.1_ Extrato do Aviso n.º 14438/2025/2 de 6 de junho de 2025

DIÁRIO DA REPÚBLICA

2.ª série
N.º 109
06-06-2025

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direção-Geral do Território

Aviso n.º 14438/2025/2

Sumário: Discussão pública dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês, da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e da Serra de São Mamede e Terras de Nisa.

Em cumprimento do disposto no Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril de 2024, no qual se determina a elaboração dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das Serras da Peneda-Gerês, da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e da Serra de São Mamede e Terras de Nisa, e nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, no artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e nos n.ºs 7 e 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, nas suas versões atuais, torna-se público que, no dia 23 de junho de 2025, é aberto o período de discussão pública da proposta do PRGP da Serras da Peneda-Gerês, do PRGP da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e do PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa, no âmbito do qual são disponibilizados os respetivos relatórios ambientais, período que termina em 18 de julho de 2025. Durante tal período, os referidos documentos encontram-se disponíveis para consulta no Portal PARTICIPA (www.participa.pt) e no sítio da internet da Direção-Geral do Território (www.dgterritorio.pt). Os interessados podem, ainda, consultar tal documentação nas instalações da Direção-Geral do Território (DGT) e nas câmaras municipais dos municípios abrangidos por cada um dos PRPG:

a) PRGP da Serras da Peneda-Gerês – Amares, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Terras de Bouro e Vila Verde.

b) PRGP da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga – Castro Daire, Sátão, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Viseu.

c) PRGP da Serra de São Mamede e Terras de Nisa – Castelo de Vide, Nisa e Portalegre.

No decurso do período de discussão pública realizar-se-á, pelo menos, uma sessão pública por cada um dos programas, num dos municípios por ele abrangidos, cujas datas e locais serão oportunamente divulgados no portal PARTICIPA e no sítio da DGT. Durante o referido período, os interessados podem apresentar as suas observações e sugestões, na forma escrita, preferencialmente através do Portal PARTICIPA, no endereço acima indicado.

29 de maio de 2025. – A Diretora-Geral, Fernanda do Carmo.

319122418

Fonte: DR n.º 109 2ª Série, de 6 de junho e 2025

O PRGP_SMAPV esteve em discussão pública, no período de 23 de junho a 18 de julho de 2025, podendo ser consultado nos seguintes locais:

- Na Direção-Geral do Território;
- Nas Câmaras Municipais da área de intervenção.

Nestes locais foram disponibilizados em papel os principais documentos em discussão pública, nomeadamente:

- Sumário Executivo do PRGP_SMAPV;
- Proposta de PRGP_SMAPV;
- Planta do Desenho da Paisagem Proposta (Desenho da Nova Paisagem e das Áreas Prioritárias);
- Relatório Ambiental;
- Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental;
- Ficha de participação.

Para além dos locais referidos, os todos os documentos do PRGP_SMAPV foram disponibilizados Portal PARTICIPA (www.participa.pt) e no Portal da Direção Geral do Território (www.dgterritorio.pt), que para

além dos documentos referidos ainda ficaram públicos os documentos que acompanham o programa, nomeadamente:

- Diagnóstico prospectivo;
- Parecer da Comissão Consultiva
- Relatório de Ponderação dos Pareceres da Comissão Consultiva

O período da discussão pública do programa foi também objeto de divulgação através da publicação da notícia do aviso no Portal da DGT e nas redes sociais Linkedin, que tem cerca de 2300 seguidores e no Twitter. Foi ainda elaborado um fyer de divulgação do período de participação pública.

Figura 1.2_ Fyer de divulgação do período de Discussão pública do PRGP_SMAPV



A sessão pública de esclarecimento ocorreu no dia 8 de julho, pelas 16 horas, em Viseu.

Figura 1.3_Sessão pública de programa



Na sequência da aprovação da data da sessão de discussão pública e respetiva localização foram reforçadas um conjunto de ações de divulgação, nomeadamente através de destaque de divulgação no Portal Participa, no Portal da DGT e nas redes sociais.

Complementarmente e após a sessão pública reforçou-se no Portal da DGT e nas redes sociais o apelo à participação.

As observações e sugestões foram formuladas por escrito através do Portal Participa ou através das fichas disponibilizadas nos locais de exposição do Programa e enviados através de correio para a DGT.

Figura 1.4_ Ficha de participação

			
---	---	--	---

2. ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

2.1. Sistematização das participações

A metodologia utilizada na análise das participações apresentadas no âmbito do processo de discussão pública, apoiou-se na análise da informação disponibilizada e sistematizada na base de dados do formulário do PARTICIPA, onde foram inseridas uma parte significativa das participações recebidas. As restantes foram recebidas na DGT.

Foram recebidas no total 5 participações, das quais 3 incluíram também sugestões para o Relatório Ambiental.

Neste contexto, sintetizam-se os seguintes descritores:

- **Número total de participações e tipologia do participante:** 5, das quais 3 apresentadas empresas industriais da fileira florestal, 1 de uma entidade pública e 1 de um individual;
- **Temas-chave/documento objeto de análise:** a maioria das participações incidem sobre as opções e áreas prioritárias do programa e sua execução e implementação relativamente ao PRGP_SMAPV, verificando-se que as questões colocadas ao RA são idênticas.
- **Análise e ponderação das questões:** as participações foram sistematizadas por questões colocadas tendo classificado cada questão segundo a sua natureza em:
 - i) **Questão /observação de carácter geral**, evocando princípios gerais e não suscetíveis de ponderação, a que correspondem cerca de 60% das observações efetuadas;
 - ii) **Questão / observação a esclarecer** e, por isso, sem implicação na versão final do PRGP_SMAPV ou RA, que correspondem a 25% das questões colocadas;
 - iii) **Questões /observações a integrar na versão final do PRGP_SMAPV ou no RA**, que correspondem a 15% das participações colocadas, nomeadamente a 14 observações.

A avaliação e ponderação das questões são apresentadas em nos anexos, nomeadamente no Anexo II a ponderação das participações relativas ao PRGP e no Anexo III ao RA.

2.2. Análise das participações

PRGP_SGAM

No âmbito da discussão pública foram recebidas 5 participações sobre o PRGP_SGAM verificando-se que 2 destas são idênticas, mas apresentadas por entidades distintas, à qual acresce uma 3 que coloca algumas questões complementares.

A análise pormenorizada das participações apresentadas permite verificar que o grau de abordagem, o número de questões colocadas, o próprio carácter e os conteúdos são similares muito focados no setor florestal e na sua produtividade. Pode afirmar-se que, com exceção de 1 participação, todas as participações abordam mais do que 1 questão, verificando-se que as 2 participações idênticas são as mais extensas com cerca de 25 comentários, alguns de enquadramento.

Genericamente podem-se identificar o seguinte conjunto de grandes questões colocadas:

- Questões associadas ao **desenho da nova paisagem e respetivas opções**, nomeadamente:
 - Dúvidas sobre a operacionalização da proposta e do efetivo resultado na redução da vulnerabilidade do território;
 - Preocupações sobre a potencial inviabilização de áreas florestais com eucaliptos;
 - Aplicação de conceitos que associam a alta combustibilidade do eucalipto e do pinheiro ao perigo de incêndio, a declives, etc,
- Questões associadas às **diretrizes de planeamento e gestão e modelo de governança**, nomeadamente:
 - A dificuldade ou inflexibilidade da transposição das normas para outros instrumentos que podem no futuro inviabilizar ou condicionar o setor florestal;
 - A referência a normas que já estão consagradas na legislação vigente e que devem ser devidamente articuladas com instrumentos específicos;
 - A necessidade de flexibilizar o modelo de governação que eventualmente poderá ter uma configuração diferente da proposta; a necessidade de incluir outras entidades neste modelo
- Questões associadas ao envolvimento dos atores locais e participação pública. Nomeadamente:
 - A pouca participação pública observada durante o processo;
 - A necessidade de envolver os proprietários para conseguir a concretização do programa

No Anexo II apresenta-se a ponderação das participações recebidas.

RA

No âmbito da discussão pública foram recebidas 3 participações sobre o RA do PRGP_SMAPV, sendo que duas resultam de entidades associadas à indústria e outra é de um particular.

A análise pormenorizada das participações apresentadas demonstra que as 2 participações de entidades industriais (uma empresa e outra uma associação de empresas) são idênticas e incidem essencialmente sobre dados relativos ao contexto atual do território ao nível dos seu ordenamento em termos de floresta e exploração, bem como a valores relativos à capacidade de sumidouro de carbono, e a preocupação expressa sobre o papel da floresta e modelo de produção no contributo para territórios também bem geridos, sustentáveis e produtivos de forma equilibrada. Compreendendo as preocupações manifestadas, foi apresentado um esclarecimento sobre a origem dos dados e contexto da situação atual reportado, bem como ao reconhecimento do papel da floresta de produção nestes territórios, demonstrando como o próprio modelo proposto pelo PRGP o valoriza.

Por sua vez, a terceira participação traduziu-se na manifestação de uma preocupação geral com o futuro e importância de gerir bem estes territórios, tornando-os resilientes, e da necessidade de preparar os territórios para o aproveitamento dos seus serviços de ecossistemas também culturais e de lazer, o que é essencial para a sua riqueza e preservação, mas sem focar nenhum conteúdo ou elemento em particular do RA. Foi esclarecido que se compreendia a preocupação manifestada e esse era também precisamente um dos objetivos do próprio PRGP.

Verifica-se, assim que as observações ou sugestões constantes nas participações não resultam em alterações ao nível do RA da AAE, mas sim em apresentar apenas esclarecimentos em respostas às participações apresentadas (conforme passa a constar do Anexo 10.2 do RA na sua versão final).

Duas participações abordam mais do que uma questão, mas são idênticas e incidem sobre o mesmo tema (relativo à floresta de produção). Salienta-se ainda que as sugestões e participações apresentadas no âmbito dos restantes elementos da proposta do PRGP, nos casos em que resultaram em alterações ao

mesmo, não se traduziram em alterações no RA, pois não incidiam sobre aspectos que estivessem na base dos elementos de avaliação de efeitos, ou com alterações ao nível do seu programa de execução ou de significância com alterações sobre efeitos ou recomendações.

De referir que não foram recebidas participações ou pareceres de Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAЕ) nesta fase que coincidia em simultâneo com a fase de consulta do RA às ERAE.

No Anexo III são apresentadas as ponderações a cada uma das participações recebidas ao RA.

2.3. Síntese da ponderação das participações

A ponderação efetuada teve em consideração o âmbito e os objetivos definidos para a elaboração do PRGP_SMAPV tendo sido acolhidas todas as sugestões que contribuem para a efetivação dos objetivos definidos, nomeadamente pormenorizando e clarificando as opções e medidas do Programa.

Assim, das sugestões colocadas em sede de participação pública a grande maioria foram esclarecimentos. Das 9 questões suscetíveis de ponderação com implicações no PRGP_SMAPV, 5 foram atendidas e os documentos finais já incorporam as suas recomendações/correção e apenas 4 não foram incorporadas por se tratar da representação gráfica (figuras) de dados na fase de caracterização e diagnóstico e por se discordar que a representação tivesse má leitura dos dados em análise. De qualquer forma todas as alterações introduzidas não tiveram como consequência a alteração da proposta de PRGP face à sua natureza e conteúdo de detalhe e com incidência sobretudo no relatório de caracterização e diagnóstico.

No que respeita às participações ao RA, e considerando o já exposto no ponto anterior, sistematiza-se que as questões / sugestões resultaram essencialmente em esclarecimentos apresentados na ponderação, mas sem alterações no RA.

Página propositadamente deixada em branco

ANEXOS

Página propositadamente deixada em branco

ANEXO I _ PROCESSO PARTICIPATIVO²

Nos processos de planeamento e ordenamento do território, a participação tem-se vindo a revelar um fator progressivamente mais importante na eficácia da implementação dos instrumentos. O envolvimento ativo e proativo da população ao longo de todo o processo, integrada de forma individual ou em grupos organizados da mais diversa índole, relativamente ao conteúdo e às opções dos instrumentos, é o fator de sucesso para a concretização das soluções propostas de mais difícil implementação, sobretudo quando carecem de um papel ativo dos diferentes stakeholders.

O envolvimento das comunidades e das atividades económicas que permanecem - e as potenciais – no próprio exercício/caminho de transformação é determinante para o sucesso futuro que se pretende. De alguma forma é necessário antecipar as atividades que vão sustentar a transformação alinhada com a visão a construir. Neste contexto a capacitação que se propõe é fundamental para corporizar este movimento de transformação que se quer efetiva.

A participação tem, no entanto, que ser devidamente estruturada e continuada ao longo do processo, assente num processo de confiança, e visando uma apropriação das propostas por parte da população e dos demais agentes.

Importa, assim, propor mecanismos que permitam conhecer e incorporar os valores e as vontades dos diferentes intervenientes e agentes da transformação do ordenamento e desenvolvimento da área nas várias fases.

Propõe-se, assim, a construção de uma proposta participada, de forma organizada e sistemática. Esta participação só será efetiva, com efeito, quando os diferentes intervenientes se confrontam com as opções de ordenamento, que de forma clara, selecionada e organizada, se articulam com os seus interesses individuais e comuns. É por essa razão que a proposta que se apresenta apostava na participação mais efetiva dos diversos stakeholders ao longo da elaboração do PRGP_ADBS.

Metodologia

O processo participativo com os stakeholders foi delineado em 3 fases: conhecer, explorar e avaliar (veja-se figura seguinte).

Figura 1_Processo participativo: metodologia



Na Fase 1 “Conhecer” realizaram-se sessões introdutórias com os executivos municipais e principais stakeholders com o objetivo de caracterizar as principais dinâmicas da paisagem, identificar desafios futuros e efetuar uma avaliação impressiva sobre a capacidade de mobilização dos atores para a assunção de uma nova paisagem.

² Síntese do capítulo integrado no Relatório do Programa.

A Fase 2 “Explorar” resulta da interação com os *stakeholders* com o objetivo de identificar a relação funcional da comunidade com a paisagem (serviços de ecossistema), a discussão de cenários participativos, e a conceção de caminhos alternativos para a sua concretização.

Neste contexto foi realizada uma sessão de divulgação do programa, tendo se solicitado um contributo impressivo sobre a área de intervenção que se sintetiza seguidamente.

Figura 1_Cartaz de divulgação da sessão



Nesta sessão recorrendo aos resultados gerados automaticamente no software *Mentimeter*, que permite uma participação ativa e proporcionar uma reflexão conjunta de todos os participantes no momento, foram colocadas questões a todos os participantes cujos resultados se sintetizam nas figuras seguintes.

Quando questionados sobre os setores que representavam verificou-se a presença quer de entidades quer de setores diversos o que demonstra a importância deste instrumento para o território e a sua abrangência.

Figura 2_Setores representados na sessão de divulgação



Quando questionados sobre as características da paisagem atual a vulnerabilidade, o despovoamento e a ausência de planeamento emergiram como atributos representativos embora o capital natural e a identidade paisagística e cultural sejam ainda os elementos estruturantes esta paisagem.

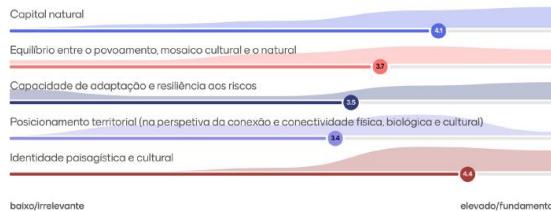
Figura 3_Caracterização da paisagem atual

Que palavras melhor caracterizam a paisagem atual?

32 respostas



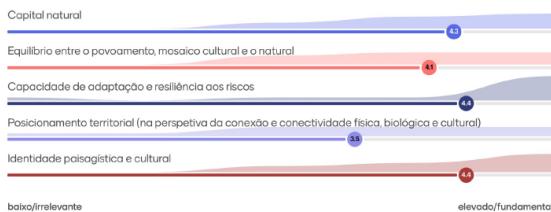
Quais serão os elementos estruturantes da actual paisagem?



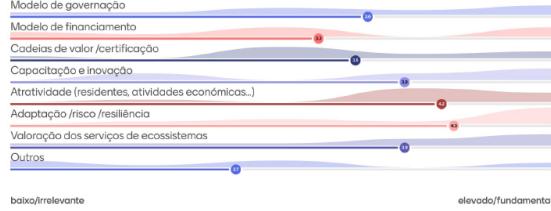
Contudo, numa perspetiva de evolução foram considerados elementos estruturantes desta nova paisagem par além dos anteriores a necessidade de esta ter maior capacidade de adaptação e resiliência aos riscos.

Figura 4_Característica da paisagem futura e fatores críticos da sua transformação

Quais serão os elementos estruturantes de uma nova paisagem?

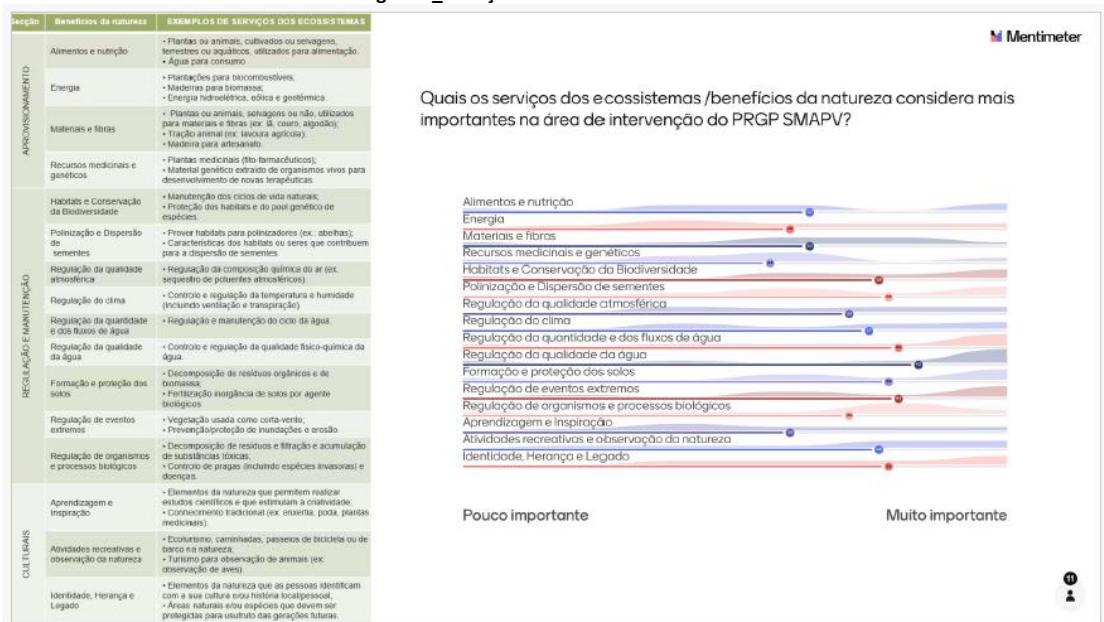
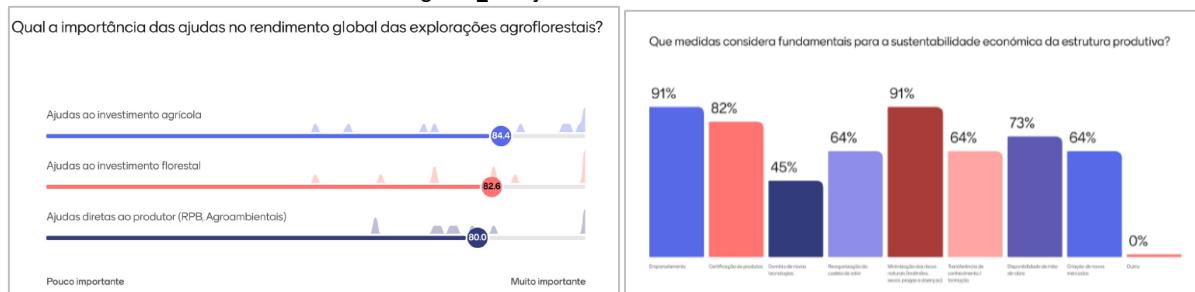


Quais os fatores críticos da transformação?

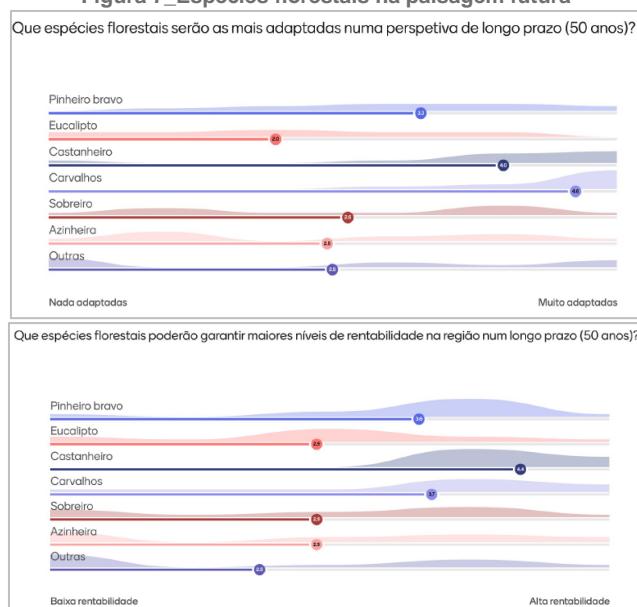


Relativamente aos fatores críticos da transformação destacam-se diversos aspectos, nomeadamente a atratividade e sustentabilidade económica e organizativa.

Quando à paisagem futura, questões como a valorização dos ecossistemas e do rendimento das explorações são preocupações centrais surgindo como medida fundamental para a sustentabilidade económica das explorações a minimização dos riscos naturais (incêndios, secas, pragas e doenças).

Figura 5_Serviços de ecossistemas a valorizar

Figura 6_Serviços de ecossistemas a valorizar


A paisagem futura deve apostar numa floresta de carvalhos e castanheiros não só por serem mais bem-adaptados mas também por considerarem que serão os mais rentáveis a longo prazo.

Figura 7_Especies florestais na paisagem futura


A Fase 3 “**Avaliação**” decorreu em fase da discussão pública do programa com o objetivo discussão do modelo territorial e das propostas de ordenamento e gestão da paisagem com a comunidade local com o objetivo de validação e aperfeiçoamento das propostas, conforme descrito no presente relatório.

Página propositadamente deixada em branco

ANEXO II_PRGP_SMAPV: PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

Participação: D 86621

Participação	Ponderação
<p>Diagnóstico da Situação Territorial</p> <p>Metodologia</p> <p>O Eucalipto ocupa na área de intervenção do PRGP (que tem 44 400 ha), 1941 ha, e mesmo assim e apesar de reconhecerem essa pouca representatividade ainda se afirma que "Apesar de ocuparem área mais restrita, os eucaliptais têm "impacto relevante pela sua rápida propagação e risco associado". Entram ainda em contradição quando consideram os povoados de eucalipto como estruturas com baixa diversidade ecológica, contribuem para alta continuidade de combustível, o que agrava a severidade dos incêndios. No capítulo 5.2 Serviços de ecossistemas e biodiversidade, é referido que "Planeamento territorial com zonas de transição ecológica, para reduzir a continuidade de monoculturas inflamáveis.", uma afirmação que não se comprehende. Não é comprehensível como é que um documento coordenado por entidade com responsabilidade na gestão do território realiza uma afirmação assim, sem qualquer fundamentação técnica, soando apenas a uma frase feita e com grande peso "populista".</p> <p>Este PRGP vai ainda mais além do que o Regime Jurídico da RAN, que considera a floresta compatível (pois não compromete a aptidão dos solos para a agricultura) e proíbe a arborização ou rearborização de eucalipto nestas áreas, neste último caso indo mais além do previsto no regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização. É incompreensível esta opção no PRGP.</p>	<p>Agradecemos o comentário e a oportunidade de clarificar que o PRGP_SMAPV reconhece a reduzida expressão dos eucaliptais no território (aproximadamente 4,4% da área total), bem como o seu papel produtivo. Contudo, parte significativa desta área foi severamente afetada pelos incêndios de 2024, o que justifica a sua inclusão nas medidas de reconversão e recuperação.</p> <p>As observações constantes do PRGP relativamente aos eucaliptais têm por base evidência científica consolidada, que associa povoados de monocultura desta espécie a maior continuidade de combustível, menor diversidade estrutural e reduzida capacidade de suporte para espécies exigentes do ponto de vista ecológico. A abordagem adotada não visa a exclusão da espécie, mas sim a criação de paisagens mais resilientes e biodiversas, através da introdução de zonas de transição, mosaicos funcionais e descontinuidades associadas a corredores ecológicos. Esta lógica aplica-se de igual modo a outras formações monoespecíficas e está alinhada com os objetivos de segurança, conservação e multifuncionalidade do território.</p> <p>Acrescenta-se que as propostas do PRGP respeitam o Regime Jurídico da RAN e o RJAAR, e integram orientações nacionais para a transformação da paisagem, visando compatibilizar produção, biodiversidade e proteção ambiental. Não foram propostas restrições adicionais às previstas na legislação aplicável. A gestão ativa é um objetivo da maior relevância que deverá ser considerada com a implementação de estruturas da paisagem.</p> <p>Na área de intervenção abrange parcialmente o Sítio de Importância Comunitária "Rio Paiva" (PTCON0059) que possui uma área de 14.512,71 ha e integra a lista nacional da Rede Natura 2000, dos quais 3.513,35 hectares (24,21%) estão integrados na área de intervenção do PRGP_SMAPV. O Sítio Rio Paiva caracteriza-se por uma grande diversidade ecológica, com uma vegetação composta por bosques ripícolas de amieiros (<i>Alnus glutinosa</i>) e carvalhos (<i>Quercus robur</i>), que formam galerias ripárias de elevado valor ecológico. Nos vales e margens, encontram-se matos e herbáceas de grande importância para a biodiversidade, sendo uma das mais notáveis o endemismo lusitano <i>Anarrhinum longipedicellatum</i>. Considerado um dos melhores rios da Europa em termos de qualidade da água, o Rio Paiva abriga várias espécies de fauna aquática e ribeirinha, algumas das quais incluídas na Diretiva Habitats. Destacam-se espécies como a lontra (<i>Lutra lutra</i>), o lagarto-de-água (<i>Lacerta schreiberi</i>) e a toupeira-de-água (<i>Galemys pyrenaicus</i>), incluídas no Anexo II da Diretiva Habitats. Além disso, o mexilhão-de-rio (<i>Margaritifera margaritifera</i>), uma espécie que se considerava extinta, mantém-se neste rio. O lobo (<i>Canis lupus</i>) também utiliza este Sítio como um importante corredor ecológico, essencial para a conectividade das populações deste carnívoro no Norte de Portugal. Este Sítio integra várias áreas de habitats naturais classificados pelo Anexo B-I da Diretiva Habitats, como as florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>) e as Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molinion caeruleae</i>), essenciais para a fauna e flora da região. A área de intervenção inclui também porções muito reduzidas dos Sítios "Serras da Freita e Arada" (PTCON0047) e "Serra de Montemuro" (PTCON0025), com ocupações de 160,37 hectares e 55,52 hectares, respectivamente, na área de intervenção (Tabela 6.5, Figura 6.4). No sítio Serra de Montemuro, e com representatividade na área de intervenção, os carvalhais de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i> (9230) são uma das principais formações vegetais, fundamentais para várias espécies endémicas e ameaçadas. O lobo (<i>Canis lupus</i>), uma das espécies mais emblemáticas da região, depende deste Sítio para a sua</p>

O documento refere amiúde a relevância e especificidade da ZEC/ZPE, mas da forma como está a ser abordada só virá acentuar a percepção existente do maior risco de incêndio em áreas com algum regime de proteção (seja dentro da Rede Nacional de Áreas Protegidas, quer da Rede Natura 2000), e que acabaram por ser corroboradas pelo estudo do Professor Paulo Fernandes "As áreas protegidas como focos de atividade de incêndios florestais em biomas Temperados e Mediterrânicos que pode ser consultado aqui:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479725016457>.

Participação
Ponderação

sobrevivência, sendo uma das áreas mais importantes para a conservação da subpopulação que habita a zona sul do Douro. A flora deste Sítio inclui algumas espécies prioritárias, como *Festuca elegans*, que ocorre nos carvalhais e soutos, *Veronica micrantha* e *Narcissus asturiensis* (um endemismo da Península Ibérica), presentes no Anexo B-II da Diretiva Habitats. Na área do sítio Serras da Freita e Arada incluída na área de intervenção destaca-se a ocorrência de charnecas secas europeias e charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas espinhosas, assim como de matagais arborescentes de *Laurus nobilis*, habitats classificados que albergam diversos endemismos ibéricos. Salienta-se ainda que as medidas e ações propostas se encontram em articulação com as medidas do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e com o Plano de Ação do Lobo-Ibérico, assegurando a coerência da intervenção com os objetivos nacionais de conservação, sendo que várias das ações propostas — como o restauro ecológico ativo, a gestão de matos e a remuneração por serviços ambientais — vão além dos compromissos existentes e reforçam a sustentabilidade a longo prazo. Esta articulação é particularmente evidente na compatibilidade com os planos de gestão das ZEC Serra de Montemuro, Rio Paiva e Serras da Freita e Arada, onde medidas como a valorização e restauro de galerias ripícolas (habitats 91E0* e 92A0), a reconversão de monoculturas em sistemas biodiversos, a promoção de mosaicos agroflorestais, o controlo de espécies exóticas invasoras e o incentivo à agroecologia extensiva refletem diretamente as metas de conservação definidas para estes territórios. Adicionalmente, recomenda-se a integração de ações complementares, como a implementação de protocolos de deteção e controlo precoce de espécies invasoras e a adaptação da gestão de combustíveis à especificidades dos habitats sensíveis, tal como previsto nos planos de gestão, assegurando assim uma intervenção ambientalmente ajustada, científicamente sustentada e ecologicamente eficaz. Adicionalmente, o PRGP_SMAPV incorpora os princípios da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 242/2015, assumindo um papel ativo na proteção de áreas ecologicamente relevantes não formalmente classificadas, mas críticas para a continuidade ecológica e o intercâmbio genético entre núcleos populacionais de espécies selvagens. Exemplo disso são os corredores do rio Paiva e respetivos afluentes, onde ocorrem habitats prioritários como os amiais (91E0) e azereirais, e que constituem zonas-chave para a coesão ecológica do território. As medidas propostas, como o restauro de galerias ripícolas, a criação de zonas tampão e a gestão adaptativa da vegetação, asseguram uma resposta coerente aos desafios identificados nesses contextos ecológicos sensíveis. Face ao contexto a questão colocada não se aplica.

A principal conclusão do estudo é que existe uma correlação significativa entre a expansão de áreas protegidas para conservação da biodiversidade e o aumento do risco de incêndios florestais para as comunidades locais. Esta correlação manifesta-se de várias formas:

1. Maior Probabilidade e Área Ardida:

o As áreas protegidas, especialmente em biomas temperados (Europa, Austrália), ardem de forma desproporcional. Ou seja, a percentagem de área ardida dentro destas zonas é superior à sua representação territorial.

o Por exemplo, no Sudoeste da Europa, a área ardida dentro de zonas protegidas aumentou muito mais rapidamente do que a própria expansão dessas zonas.

2. Maior Severidade do Fogo:

o Em média, a severidade dos incêndios foi 21% maior dentro das áreas protegidas nos biomas temperados e 19% maior nos biomas mediterrânicos, em comparação com áreas não protegidas. Isto significa que os incêndios nestas zonas são ecologicamente mais destrutivos.

3. Aumento Drástico da Exposição da População:

Face ao exposto anteriormente as preocupações referidas não têm qualquer aplicação ou similitude com o contexto da área de intervenção ou com as propostas do desenho da paisagem preconizadas

Participação

o As pessoas que vivem dentro ou perto de áreas protegidas têm um risco muito maior (até 16 vezes mais) de serem expostas a grandes incêndios.

O Esta tendência tem vindo a agravar-se nas últimas duas décadas na Europa e na Austrália, tornando cada vez mais perigoso viver nestas zonas

Participação pública e envolvimento dos atores locais

Claramente a participação de proprietários e empresários florestais, é muito baixa, ou quase nula. Pode-se apontar razões culturais, mas tendo como base este enquadramento, a dimensão e complexidade dos documentos em consulta deveria apresentar uma linguagem clara e acessível como forma de apelar à necessária participação.

O sucesso do PRGP só será possível com a mobilização dos proprietários e essa componente sociológica não está a ser considerada no planeamento considerado, apesar de ser referido no Relatório do Programa que "Esta nova paisagem requer, ainda, o envolvimento ativo da população, que é chamada a implementar novas práticas culturais e de gestão, como requer o compromisso e a co-responsabilização das instituições e das organizações na procura de soluções adaptadas que respondam aos objetivos da transformação que se propõe, incorporando a cada momento novos saberes, novas oportunidades e vontades, quer seja através da disponibilização de conjuntos de instrumentos operacionais, quer seja em ações de divulgação e sensibilização", este consórcio teve 19 respostas num processo de auscultação a stakeholders.

Esse paradigma, de considerar o perfil, as expectativas e os meios disponíveis do proprietário florestal está ausente das Propostas apresentadas

Ponderação

O processo de planeamento para ser efetivo envolve métodos contínuos de mobilização e auscultação dos diferentes atores e agentes transformadores do território. A proposta agora apresentada, desenvolvida no contexto que foi possível, deve ser considerada o ponto partida de uma nova dinâmica de gestão territorial, capaz de efetivar as propostas de mudança que se preconizam. A proposta inclui um modelo de governança que envolve os diversos atores. Cabe agora aos atores coletivamente agirem e constituírem afetiva e efetivamente o caminho da mudança numa perspetiva de sustentabilidade e de qualidade de vida.

O PRGP pretende assumir a relevância da existência de estruturas e organizações com incidência territorial que já se encontram organizadas e podem promover soluções com maturidade para intervenção no terreno e cujas propostas, possam ser integradoras da realidade territorial e das opções de gestão que prosseguem alinhadas com os objetivos que os PRGP pretendem atingir. A valorização da atividade económica destes territórios é muito importante e deve ser alinhada com o aumento da resiliência dos territórios e valorização do capital natural em presença.

Desenho da Paisagem

As Macroestruturas da paisagem, comportam complexidade e também conceitos genéricos que aplicados no território e em particular nos espaços florestais vão condicionar e impossibilitar atividades e intervenções, nomeadamente na área de produção florestal que são enquadradas e avaliadas por outros instrumentos de gestão. Em particular, no que respeita à Estrutura de conectividade ecológica, onde são incluídos corredores húmidos (tudo indica que são linhas de água permanentes e efêmeras com buffers de 10 metros), não se comprehende a proposta de ir além das linhas de água permanentes com galeria ripícola, sendo incluídas linhas efêmeras, algumas das quais nem terão expressão no terreno.

A definição e o desenho destas Macroestruturas, apesar de macro e carecerem de adaptabilidade ao terreno, são georreferenciadas ao detalhe e sendo integradas em PDM, como previsto na D1, mais tarde ou mais cedo, vão ser condicionantes da gestão ativa do território e por conseguinte da floresta existente. A conectividade já está prevista nos PROF, através de corredores ecológicos os quais também só se aplicam às áreas florestais.

Assim o PRGP está nesta matéria a alargar a abrangência destas estruturas, sem que estejam consolidadas as orientações e sem que se faça a avaliação no terreno e nos impactos sobre a gestão e impacto económico a diversos níveis.

As principais medidas que são preconizadas:

▪ Reversão de monoculturas florestais de pinheiro-bravo não geridas em sistemas florestais biodiversos (e.g. florestas mistas) e multifuncionais com espécies autóctones e resiliência ao fogo e às alterações climáticas.

▪ Restaurar áreas naturais afetadas pelos incêndios através da reflorestação com espécies autóctones, recuperação de habitats da Diretiva Habitats, controlo de espécies invasoras e recuperação de funções ecológicas.

▪ Promoção de mosaicos agroflorestais e silvopastoris, com introdução ou reforço de culturas e pastagens biodiversas, associadas a práticas regenerativas e descontinuidade da biomassa combustível, incentivando pequenas explorações familiares e culturas tradicionais em mosaicos produtivos.

▪ Planeamento territorial com zonas de transição ecológica, para reduzir a continuidade de monoculturas inflamáveis.", além de tecnicamente pouco robustas, excluem o proprietário da decisão sobre o seu património (e aqui está a defender-se o proprietário ativo que quer gerir a sua propriedade e não as "terras sem dono conhecido" ou os absentistas por opção).

A proposta de estrutura ecológica do PRGP_SMAPV tem como principal objetivo reforçar a resiliência do território face ao risco de incêndio, à perda de biodiversidade e à fragmentação dos habitats, seguindo as orientações estratégicas previstas no Programa de Transformação da Paisagem e alinhadas com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade. A estrutura de conectividade ecológica tem como referência técnicas e critérios amplamente reconhecidos no domínio da ecologia da paisagem, com o intuito de promover corredores funcionais para a fauna, a manutenção de ciclos ecológicos essenciais e a proteção de recursos hídricos e do solo.

A inclusão de linhas de água intermitentes ou efêmeras decorre do seu papel reconhecido na manutenção da biodiversidade e da funcionalidade hidrológica, mesmo que a sua expressão física seja reduzida ou variável. Estes elementos são frequentemente os primeiros a reativar a regeneração natural em zonas perturbadas e constituem vetores de dispersão para flora e fauna, sobretudo em cenários de alterações climáticas.

Importa, no entanto, reforçar que as macroestruturas identificadas não constituem por si só servidões administrativas nem implicam limitações automáticas à gestão privada, mas antes orientações de base para a transição e planeamento da paisagem, passíveis de ser adaptadas em sede de instrumentos de gestão mais específicos e com participação ativa dos proprietários.

Adicionalmente, as medidas preconizadas, como a reconversão florestal ou o restauro de habitats, têm como foco áreas prioritárias identificadas por critérios ecológicos e de risco, respeitando a propriedade privada e não excluindo o papel central dos proprietários ativos. O PRGP valoriza a gestão ativa e responsável, sendo que a sua aplicação prática será feita com base em critérios técnicos, diálogo com os agentes locais e instrumentos de apoio específicos.

Por fim, importa sublinhar que a proposta de integração em PDM, prevista na diretiva D1, visa assegurar coerência entre os níveis de planeamento e não anulará os processos de adaptação à escala local. As propostas inseridas no PRGP devem, por isso, ser vistas como uma base estratégica para orientação futura, sujeita a validação técnica e articulação interinstitucional no processo de operacionalização.

Participação

Matriz de Transição

A matriz de transformação resume-se essencialmente à redução das áreas de produção florestal, de eucalipto e pinheiro-bravo e outras resinosas, querendo transformá-las em áreas agrícolas, agro silvopastoris, pastagens o que implicará, a curto e médio prazo (10 anos), que surjam agricultores na região (altamente envelhecida e despovoada), a desflorestação ou o abandono e falta de gestão, com implicações que o PRGP não avalia. De facto, embora se prevejam ações prioritárias a curto prazo e outras a médio prazo, 10 anos, o planeamento florestal faz-se no mínimo a 30 anos, e por isso é no período previsto para as ações do PRGP que a análise deveria ser equacionada.

Todas estas ações de transformação de floresta de produção implicarão desflorestação, perda significativa de produção e disponibilidade de matéria-prima para diversas indústrias e consequente perda de rendimento de proprietários. O impacto destas medidas na economia do proprietário, economia local e dos setores afetados, não é avaliado na PRGP.

As medidas de transformação, que se espera serem financiadas, subsidiadas, por fundos públicos, bem como o pagamento de serviços de ecossistemas que se espera virem a ser gerados deverão perseguir os objetivos do PRGP de «promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas». Deveriam ser estudadas e apresentadas alternativas, menos intrusivas, mais integradoras, com menor exigência de recursos, tirando partido do potencial produtivo, bem como das possibilidades de gestão existente na área do PRGP identificado. Desta forma seriam aproveitados os recursos existentes, com menores custos e com resultados a prazos mais curtos. Efetivamente, deveria haver um trabalho de identificação de locais estratégicos para a compartimentação e recuperação pelas ações de gestão de áreas abandonadas ou degradadas, que sejam áreas produtivas, de conservação ou proteção. Esta é uma outra forma de aumentar a resiliência do território.

Regime de fogo

Apesar de não ser possível estudar todos os documentos com profundidade em consulta, e considerando que a proposta de transformação da paisagem é muito fundamentada em modelos do comportamento do fogo, teve-se o cuidado de ler parte deste documento, não só para tentar compreender a proposta, mas também para comparar o método usado com os usados noutras PRGP. O modelo de simulação da severidade do fogo utilizado para proposta de intervenção neste PRGP teve como base o comprimento da chama e intensidade frontal, usando o software FlamMap 6. Teve como output a avaliação de como a nova paisagem projetada (convertendo a floresta de produção em outras ocupações) reduz a severidade dos incêndios em comparação com a paisagem atual. Contudo, os cenários resultantes do modelo, são apenas isso, cenários, para as condições e pressupostos de input do modelo, sendo necessário ponderação e ajustamento às condições do terreno e a consideração e comparação de diferentes formas de gestão dos combustíveis presentes

Áreas e Ações prioritárias

Outra

O Eucalipto e o Pinheiro-bravo são associados a alta combustibilidade, mas vários estudos científicos e técnicos em Portugal reforçam que o problema dos incêndios está mais ligado à má gestão (ou à sua ausência) do que à espécie em si.

A investigação científica nacional, nomeadamente os estudos do Prof. Paulo Fernandes (UTAD), demonstra que o comportamento do fogo depende mais da gestão do combustível do que da espécie florestal. A reconversão de eucalipto e pinheiro-bravo deve ser avaliada caso a caso, privilegiando a gestão ativa, a compartimentação da paisagem e a diversificação de usos como estratégias mais eficazes e sustentáveis.

Os incêndios não são provocados pela floresta de produção ou por uma qualquer espécie. Gostaríamos de referir o artigo publicado na revista *Science of the Total Environment* por Fernandes, P.M.,

Ponderação

As áreas de povoamento de eucalipto existentes atualmente no PRGP SMAPV (736 hectares) não são alteradas na matriz de transição

Para as áreas de floresta de eucalipto que foram sujeitas ao incêndio florestal de 2024 (1172 hectares) propõem-se que sejam reconverteidas sobretudo para povoamentos de folhosas diversas (1044 ha) sendo que uma parte irá constituir outros usos do solo (nomeadamente, áreas de pastagens e sistemas agroflorestais), sem que, contudo, haja uma desflorestação, dado que se tratam de áreas ardidas e que atualmente constituem áreas de matos

Do mesmo modo, as áreas de florestas de pinheiro bravo que arderam em 2024 (6900 hectares) propõem-se que sejam reconverteidas para povoamentos de composição mista (Pb + folhosas) em 4232 ha, mantendo-se cerca de 1453 ha como povoamentos puros, e convertendo cerca de 1014 ha para sistemas agroflorestais que constituirão mosaicos agro-silvopastoris, de modo a criar uma maior diversificação da paisagem

Por se tratar de áreas que atualmente correspondem a espaços desarborizados e matos, a transição proposta não implica uma desflorestação dado que a floresta já não existe atualmente

Na matriz de transição, os sistemas florestais de produção irão ocupar uma área de 13 138 hectares (cerca de 30% da área total do PRGP SMAPV), ocorrendo ainda 6010 hectares de sistemas florestais de produção e matos a evoluir para sistemas florestais de proteção, que constituirão no médio prazo áreas de produção florestal

Nada a referir. Como qualquer cenário, os do PRGP têm simplificações e pressupostos, que estão descritos no relatório.

A abordagem do PRGP_SMAPV tem precisamente por base uma leitura técnica e ponderada da bibliografia científica, reconhecendo que o comportamento do fogo resulta de múltiplos fatores, entre os quais se destacam a continuidade de combustível, a topografia, as condições meteorológicas e, de forma crucial, a gestão (ou ausência dela).

É importante salientar que o PRGP não estabelece uma rejeição da floresta de produção nem promove a reconversão generalizada com base na espécie, mas propõe a reconversão em situações específicas e de elevado risco, como Áreas ardidas de forma recorrente; Encostas com acessibilidade limitada à gestão; Zonas de interface urbano-florestal com continuidade horizontal de povoamentos não geridos.

Estas propostas não decorrem de uma associação linear entre a presença de eucalipto ou pinheiro-bravo e ignições, mas sim da constatação — suportada por múltiplos estudos e pelo histórico de incêndios — de que povoamentos

Participação	Ponderação
<p>Guiomar N., Rossa, C.G. em 2019, sob o título "Analysing eucalypt expansion in Portugal as a fire-regime modifier", em que se destaca:</p> <ul style="list-style-type: none">-A expansão do Eucalipto não fez aumentar a área ardida em Portugal;-A dimensão de um incêndio é independente das espécies florestais presentes;-Ocorre um ligeiro decréscimo da severidade dos mega-incêndios em povoamentos de eucalipto;-O tipo de Floresta é um dos fatores com menor influência no perigo de incêndio;-A intensidade de um incêndio tem uma relação inversamente proporcional com a gestão praticada no eucalipto em curta rotação;	<p>extensivos, monoespécíficos e sem gestão ativa apresentam maior suscetibilidade à propagação rápida e à elevada severidade em cenários de fogo extremo.</p> <p>De facto, como também demonstrado nos estudos referidos, a ausência de gestão é o fator-chave. No entanto, a realidade no território do PRGP_SMAPV mostra que uma parte significativa dos povoamentos destas espécies se encontra abandonada ou subgerida, especialmente após o incêndio de 2024. A reconversão nesses casos visa restaurar a resiliência ecológica da paisagem, garantindo que o território evolui para um mosaico funcional, com continuidade reduzida, maior diversidade e viabilidade de gestão futura.</p> <p>Adicionalmente, as propostas do PRGP estão alinhadas com os princípios da Estratégia Nacional para as Florestas, com os do Programa de Transformação da Paisagem e com os compromissos nacionais e europeus de sustentabilidade. A reconversão é apenas uma das ferramentas propostas — complementar à gestão ativa, à certificação, à gestão agrupada e à remuneração por serviços dos ecossistemas — e será sempre avaliada caso a caso e acompanhada por apoios específicos, para garantir a viabilidade técnica, económica e social das intervenções.</p> <p>O objetivo do PRGP não é excluir espécies ou modelos produtivos, mas sim criar condições para uma paisagem florestal mais resiliente, segura e sustentável, articulando produção, biodiversidade e prevenção estrutural de incêndios. A valorização dos proprietários ativos e dos agentes de gestão florestal é um eixo central deste plano.</p>
<p>Embora o programa fundamente a reconversão na elevada combustibilidade destas espécies, a evidência científica nacional aponta que o risco de incêndio está mais associado à ausência de gestão do que à espécie em si.</p> <p>A primeira sugestão que consideramos essencial transmitir prende-se com a ponderação cuidada que deve ser dada a qualquer processo de transformação que incida em povoamentos florestais e que tem efeitos a diversos níveis. Considera-se que, estando a espécie (qualquer que ela seja) bem localizada em termos de aptidão, e não colidindo com restrições legais que possam eventualmente existir no território deve ser equacionada em primeira instância a sua manutenção e o apoio à sua gestão junto dos proprietários. No caso em concreto estamos numa região com condições para produtividade elevada para o eucalipto e pinheiro-bravo e onde, como referido no diagnóstico, a atividade florestal é importante na economia da região. Em vez de uma reconversão generalizada baseada na espécie, propõe a Biond que se aposte na:</p> <p>a) Gestão Diferenciada por Contexto</p> <ul style="list-style-type: none">• Manutenção de povoamentos de eucalipto/pinheiro desde que respeitem um Regime de Gestão, de modo a garantir uma ação que vá de encontro aos objetivos do PRGP;• Reconversão apenas em áreas de alto risco (ex: proximidade de aglomerados e zonas de interface já existentes, ou outras situações decorrentes de legislação aplicável) ou ainda onde não há viabilidade técnica ou económica de gestão. <p>b) Promoção de Mosaicos Funcionais</p> <ul style="list-style-type: none">• Criação de faixas de descontinuidade e zonas tampão com espécies florestais adaptadas (quer sejam outras espécies, quer sejam por mosaico de idades por exemplo no caso do eucalipto).• Integração de usos agrícolas e silvopastoris (em caso de haver agentes económicos com interesse). <p>c) Incentivos à Certificação e à Gestão Agrupada</p> <ul style="list-style-type: none">• Apoios à certificação florestal e à gestão conjunta (ZIF, OIGP).• Remuneração por serviços dos ecossistemas condicionada à efetiva gestão. <p>Considera-se como vantagens da abordagem baseada na Gestão Ativa a redução do risco de incêndio com menor custo de reconversão, preservação de rendimentos florestais (madeira, biomassa), maior aceitação por parte dos proprietários florestais, e a compatibilidade com os objetivos do PRGP em termos de resiliência, biodiversidade e economia rural.</p>	<p>O programa reconhece expressamente o papel da gestão ativa e diferenciada por contexto, sendo que a reconversão proposta para áreas de monocultura de pinheiro-bravo e eucalipto incide sobretudo em locais de elevado risco estrutural de incêndio, baixa viabilidade económica ou ausência de gestão, como zonas de interface urbano-florestal, áreas ardidas recorrentes e declives acentuados sem acessibilidade. A manutenção de povoamentos florestais de produção é, naturalmente, compatível com os objetivos do PRGP, desde que integrada numa lógica de planeamento multifuncional da paisagem e associada a práticas de gestão que reduzam o risco de incêndio, promovam a diversidade estrutural e valorizem os serviços dos ecossistemas.</p> <p>A proposta de promoção de mosaicos funcionais, com introdução de zonas tampão e descontinuidades, não visa restringir ou excluir modelos de produção florestal, mas sim promover uma maior heterogeneidade e resiliência ecológica, reconhecidamente eficaz na mitigação da propagação de incêndios. Estes mosaicos são compatíveis com práticas como o escalonamento de idades no caso do eucalipto, integração com usos agropecuários ou outras soluções adaptadas à realidade dos proprietários. Adicionalmente, o PRGP valoriza a certificação florestal, a gestão agrupada e prevê a remuneração por serviços dos ecossistemas como incentivo à gestão ativa e sustentável, desde que devidamente comprovada no terreno.</p> <p>Relativamente ao critério de declive superior a 25%, este é utilizado para identificar áreas críticas onde a gestão mecanizada é limitada e onde a continuidade de monoculturas florestais não geridas representa um risco acrescido. A proposta de reconversão nesses contextos visa prevenir cenários de difícil intervenção futura e minimizar a severidade de eventos extremos, como os verificados em 2024. Naturalmente, esta recomendação respeita os instrumentos legais em vigor, incluindo o RJAAR e o Regime da RAN, e não constitui qualquer proibição generalizada, mas uma orientação técnica enquadrada na avaliação de risco e na viabilidade da gestão futura. Onde existam condições e vontade de gestão ativa, a manutenção de povoamentos florestais pode continuar a ser valorizada, com incentivos ajustados ao desempenho ecológico e produtivo.</p>

Participação	Ponderação
<p>Por outro lado, critério como o “Declive” não é, por si só, um critério suficiente. O declive influencia o comportamento do fogo, mas não determina automaticamente a perigosidade de um povoamento. O que agrava o risco é a continuidade do combustível, a acessibilidade limitada e a ausência de gestão ativa — fatores que podem ser mitigados com boas práticas.</p> <p>De relembrar que os declives acima de 25%, ao abrigo da legislação em vigor, podem ser mobilizados com recurso a terraços e nos quais poderá vigorar uma plantação associada à produção. A proposta sobrepõe-se à legislação em vigor, em vez de ser complementar, através da interdição de floresta de produção, eucalipto e pinheiro-bravo, nestes declives. Tendo em conta a falta de mão de obra a operar na floresta atualmente, de que forma estas áreas serão mantidas e conservadas ao longo dos anos, uma vez que, serão pouco ou nada produtivas considerando a substituição de áreas de produção por matos? Qual a base para propor retirar o material lenhoso de declives acima de 25%? De que forma, ao deixar estas áreas a matos, sem retorno para os proprietários e, portanto, sem investimento e gestão ativa pode levar a uma redução do perigo de incêndio e ser compatível com as prioridades definidas no PRGP?</p>	<p>Finalmente, importa sublinhar que o PRGP não exclui os proprietários ativos e gestores florestais; pelo contrário, procura criar condições para apoiar e valorizar o seu papel na gestão sustentável do território, promovendo modelos integrados que combinem produção, segurança, conservação e retorno económico. A reconversão de áreas de baixa produtividade para vegetação natural ou mosaicos agroflorestais deverá ser acompanhada por mecanismos de apoio e remuneração específicos, contribuindo para reduzir o abandono, reforçar a resiliência da paisagem e criar novas oportunidades para o mundo rural.</p>
<p>A diretiva D16, apesar de ser melhor que outras Diretrizes existentes noutros PRGP, “Limitar a remoção de biomassa de acordo com as seguintes orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Em áreas declivosas e com elevados riscos de erosão do solo remover no máximo 50% da BFR resultante das operações de gestão e exploração florestal; b) Nas restantes áreas remover até 80% da BFR resultante das operações de gestão e exploração florestal”. <p>Nas rearborizações, e no caso específico do eucalipto, esse material será incorporado na preparação do solo, servindo de fertilizante para o solo. Nas áreas com elevado declive, a biomassa poderá ajudar a reduzir o escoamento superficial</p> <p>Sobre a importância de se deixar alguma biomassa no solo prende-se com o facto dos nossos solos de uma maneira geral terem uma percentagem de matéria orgânica baixa e por isso a remoção total de biomassa vem empobrecer na grande maioria das vezes o solo, assim deve-se deixar no terreno folhas e ramos finos, já que estas frações de biomassa proporcionam valiosos nutrientes durante o processo de decomposição e ajudam a manter as quantidades de matéria orgânica no solo. A biomassa disposta no terreno também faz algum ensombramento do solo impedindo a sua degradação. A biomassa disposta sobre o terreno também promove o combate à erosão por escorrência.</p> <p>As plantações de eucalipto em Portugal normalmente ocorrem em condições de solos pouco desenvolvidos, com pequena profundidade efetiva, elevada pedregosidade e baixa fertilidade natural. Neste contexto, a manutenção da folhada que se vai depositando no solo ao longo do ciclo de crescimento do eucalipto e a gestão dos sobrantes do corte, deixando no terreno a fração mais fina da biomassa (raminhos, folhas e casca), exercem um papel fundamental na melhoria da fertilidade do solo, na elevação dos teores de matéria orgânica e no sequestro e armazenamento de carbono orgânico no solo.</p> <p>Por outro lado, a reconversão em declive pode gerar novos riscos, tais como aumentar a erosão se não for bem planeada, reduzir a rentabilidade para os proprietários, desincentivando a gestão, e levar ao abandono, o que agrava o risco de incêndio a médio prazo. A reconversão deve ser criteriosa e baseada em risco real, não em critérios genéricos.</p>	<p>As diretrizes resultantes do RJAAR visam assegurar a articulação e compatibilização entre instrumentos de gestão territorial, garantindo dessa forma a transposição do desenho de paisagem proposta para o território. É nesse contexto que as normas devem ser interpretadas e ajustadas à realidade do território e às especificações de cada local.</p> <p>A permanência do material vegetal residual, resultante das operações de gestão e exploração florestal, sobretudo em povoamentos de eucalipto, deverá ser promovida e fomentada, enquanto medida de minimização dos efeitos da erosão e para melhoria dos teores de fertilidade dos solos.</p>
<p>Conclusão</p> <p>A reconversão generalizada de eucaliptais e pinhais com base na espécie ou no declive carece de fundamentação técnica não sendo ainda apresentados cenários do impacto dessas propostas na aceitação por parte dos proprietários, na evolução da paisagem e sequestro de carbono, por exemplo nem na economia local nem no impacto na disponibilidade de matéria-prima necessária à atividade da indústria instalada. A gestão ativa que considere o proprietário florestal, as condições específicas do local, que integre, se adequada a compartimentação da paisagem e a diversificação de usos, são estratégias mais eficazes, sustentáveis e compatíveis com os objetivos do PRGP.</p> <p>Sugere-se que o programa adote uma abordagem mais flexível e baseada em risco, promovendo a gestão ativa e a valorização dos</p>	<p>Importa, antes de mais, sublinhar que o PRGP_SMAPV não impõe reconversões generalizadas com base exclusiva na espécie florestal ou no declive, mas define critérios de priorização técnica para a reconversão de áreas de risco acrescido, nomeadamente: i) povoamentos homogéneos e não geridos com baixa resiliência ecológica; ii) áreas ardidas de forma recorrente; iii) zonas de interface urbano-florestal com continuidade de combustível; iv) encostas com acessibilidade limitada e suscetibilidade à erosão. Estes critérios foram definidos com base nas evidências técnicas disponíveis sobre o comportamento do fogo, a capacidade regenerativa dos ecossistemas e a vulnerabilidade ecológica do território. A reconversão é, por isso, orientada por risco e</p>

Participação	Ponderação
<p>povoamentos existentes, em vez de impor reconversões generalizadas que podem comprometer a adesão dos proprietários e a viabilidade económica das intervenções. O que não se pode promover é o abandono do território, ou seja, colocar os objetivos do PRGP contra os objetivos do proprietário individual, pois este é um desígnio comum que todos partilhamos, conferir sustentabilidade ao território. Sugere-se a preparação de um modelo de regime de gestão por espécie tal como referido acima.</p> <p>Em vários momentos das sessões públicas de apresentação e discussão das propostas de PRGP, a Biond tem levantado a pergunta do momento a partir do qual o proprietário privado é obrigado a cumprir o PRGP. Assim, da leitura de se faz, parece que relativamente a eventuais normas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, os PRGPs são vinculativos para os particulares desde o momento em que entrem em vigor e começem a produzir efeitos jurídicos, sem necessidade de serem transpostas para plano municipal, como por exemplo em PDM. Por outro lado, e considerando demais disposições, os PRGPs vinculam apenas as entidades públicas, só se tornando as respetivas normas vinculativas para os particulares após alteração ou atualização dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, como o PDM, que com ele não sejam compatíveis.</p> <p>Destaca-se uma evolução na legislação europeia, que à data da regulamentação do Programa de Transformação da Paisagem não existia. Com a aprovação do Regulamento da Desflorestação (Regulamento (UE) 2023/1115), se Portugal reduzir significativamente a sua área de floresta para dar lugar à agricultura ou pastagem, poderá enfrentar consequências relevantes no âmbito da avaliação de risco prevista pelo mesmo. Este regulamento exige que operadores e comerciantes que colocam produtos no mercado da UE demonstrem que esses produtos não resultam de desflorestação nem de degradação florestal após 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Se as estatísticas nacionais passarem a refletir um aumento da conversão de áreas florestais em usos agrícolas ou pastoris, Portugal poderá ser classificado como um país de risco médio ou elevado. Isso implicaria:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Mais obrigações para operadores portugueses, incluindo a necessidade de fornecer provas mais detalhadas da origem e legalidade dos produtos (como madeira, carne bovina, soja ou outros produtos abrangidos);2) Perda de competitividade dos produtos portugueses nos mercados europeus, já que os operadores poderiam preferir produtos de países de baixo risco, com menos exigências de verificação;3) Reputação ambiental afetada, comprometendo metas nacionais e europeias de neutralidade carbónica e conservação da biodiversidade;4) Possível exclusão de certos mercados, caso as exigências de due diligence não sejam cumpridas ou haja suspeitas de incumprimento do regulamento. <p>Portanto, uma política que promova a substituição de floresta por agricultura ou pastagem pode colocar Portugal numa situação vulnerável, com impactos económicos, legais e ambientais significativos.</p>	<p>viabilidade de gestão, não sendo imposta de forma indiscriminada.</p> <p>Adicionalmente, o PRGP prevê a manutenção e valorização de povoamentos de eucalipto ou pinheiro-bravo quando integrados em modelos de gestão ativa, certificada e diversificada, desde que cumpram boas práticas de ordenamento, descontinuidade do combustível e compatibilização com a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas. A lógica adotada é de diferenciação funcional e não de exclusão por espécie, sendo compatível com o desenvolvimento económico local, a produção de matéria-prima florestal e os compromissos da indústria instalada. Como reforço, será considerada a proposta de desenvolvimento de modelos orientadores de regimes de gestão por espécie, com enquadramento técnico e adaptabilidade local, em articulação com entidades do setor e proprietários florestais.</p> <p>Quanto à aceitação por parte dos proprietários, o PRGP defende a valorização do papel dos agentes locais e da propriedade privada ativa como elementos fundamentais para a sustentabilidade da paisagem. A gestão agrupada, a remuneração por serviços dos ecossistemas e os sistemas de incentivo à multifuncionalidade florestal são instrumentos propostos para garantir que as intervenções sejam economicamente viáveis e socialmente aceites, sem gerar abandono. Em zonas de baixa aptidão produtiva, os sistemas naturais e seminaturais podem ser valorizados como espaços de regulação ecológica e conservação, integrados em mosaicos geradores de valor ambiental e económico.</p> <p>Do ponto de vista jurídico, esclarece-se que, à luz do Decreto-Lei nº 28-A/2020, os PRGP só se tornam vinculativos para os particulares após a sua integração nos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal ou intermunicipal, como os Planos Diretores Municipais (PDM). Não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções. Os PRGP estão concebidos para que avisos para financiamento possam privilegiar ações e opções alinhadas com os PRGP.</p> <p>Por fim, reconhece-se a evolução do enquadramento legal europeu, nomeadamente a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2023/1115 relativo à desflorestação. O PRGP é plenamente compatível com esta nova regulamentação, ao promover a conservação e reconversão de áreas degradadas, o restauro ecológico e a não substituição de floresta nativa por usos incompatíveis, como a agricultura intensiva. A reconversão de áreas ardidas e de povoamentos sem gestão para formações florestais mais resilientes e biodiversas não constitui desflorestação, mas sim uma medida de restauro funcional do capital natural, alinhada com as metas europeias de neutralidade carbónica, sustentabilidade da produção florestal e proteção dos ecossistemas.</p>
<p>Diretrizes de Planeamento e Gestão</p> <p>Relativamente ao proposto nas 7. Diretrizes de planeamento e gestão, e que ao constarem neste diploma e após aprovação do mesmo passam a vincular o proprietário privado e considerando a dúvida já apresentada em capítulo distinto sobre o momento em que estas passam a estar válidas, seria de rever as mesmas no sentido de salvaguardarem a gestão ativa da floresta existente, fazendo cumprir a lei.</p> <p>Por exemplo, a diretriz nº 14 em que se estabelecem, para as "áreas com declive superior a 25 % em qualquer projeto de arborização ou rearborização deve ser assegurada a manutenção de zonas abertas, em mosaico, em pelo menos 15 % da superfície e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none">a) Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível;b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação;c) Uma combinação das alíneas anteriores."	<p>As diretrizes devem ser atendidas e integradas no âmbito dos diversos instrumentos de gestão definidos, podendo estes instrumentos ajustar, detalhar ou aprofundar os critérios de aplicação das diretrizes definidas. Discorda-se que a densificação proposta de algumas normas seja desajustada e desproporcional aos objetivos pretendidos pelo PRGP.</p> <p>A permanência do material vegetal residual, resultante das operações de gestão e exploração florestal, sobretudo em povoamentos de eucalipto, deverá ser promovida e fomentada, enquanto medida de minimização dos efeitos da erosão e para melhoria dos teores de fertilidade dos solos.</p>

Participação
Ponderação

Propostas insustentáveis do ponto de vista de escala da propriedade e económico, deve sustentar-se na aplicação da legislação existente e na real fiscalização da mesma.

Participação: ID 86609
Participação
Ponderação
Diagnóstico da Situação Territorial
Metodologia

O Eucalipto ocupa na área de intervenção do PRGP (que tem 44 400 ha), 1941 ha, e mesmo assim e apesar de reconhecerem essa pouca representatividade ainda se afirma que “Apesar de ocuparem área mais restrita, os eucaliptais têm “impacto relevante pela sua rápida propagação e risco associado”. Entram ainda em contradição quando consideram os povoamentos de eucalipto como estruturas com baixa diversidade ecológica, contribuem para alta continuidade de combustível, o que agrava a severidade dos incêndios. No capítulo 5.2 Serviços de ecossistemas e biodiversidade, é referido que “Planeamento territorial com zonas de transição ecológica, para reduzir a continuidade de monoculturas inflamáveis.”, uma afirmação que não se comprehende. Não é compreensível como é que um documento coordenado por entidade com responsabilidade na gestão do território realiza uma afirmação assim, sem qualquer fundamentação técnica, soando apenas a uma frase feita e com grande peso “populista”.

Este PRGP vai ainda mais além do que o Regime Jurídico da RAN, que considera a floresta compatível (pois não compromete a aptidão dos solos para a agricultura) e proíbe a arborização ou rearborização de eucalipto nestas áreas, neste último caso indo mais além do previsto no regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização. É incompreensível esta opção no PRGP.

Agradecemos o comentário e a oportunidade de clarificar que o PRGP_SMAPV reconhece a reduzida expressão dos eucaliptais no território (aproximadamente 4,4% da área total), bem como o seu papel produtivo. Contudo, parte significativa desta área foi severamente afetada pelos incêndios de 2024, o que justifica a sua inclusão nas medidas de reconversão e recuperação.

As observações constantes do PRGP relativamente aos eucaliptais têm por base evidência científica consolidada, que associa povoamentos homogéneos desta espécie a maior continuidade de combustível, menor diversidade estrutural e reduzida capacidade de suporte para espécies exigentes do ponto de vista ecológico. A abordagem adotada não visa a exclusão da espécie, mas sim a criação de paisagens mais resilientes e biodiversas, através da introdução de zonas de transição, mosaicos funcionais e corredores ecológicos. Esta lógica aplica-se de igual modo a outras formações monoespecíficas e está alinhada com os objetivos de segurança, conservação e multifuncionalidade do território.

Acrescenta-se que as propostas do PRGP respeitam o Regime Jurídico da RAN e o RJAAR, e integram orientações nacionais para a transformação da paisagem, visando compatibilizar produção, biodiversidade e proteção ambiental. Não foram propostas restrições adicionais às previstas na legislação aplicável.

Na área de intervenção abrange parcialmente o Sítio de Importância Comunitária “Rio Paiva” (PTCON0059) que possui uma área de 14.512,71 ha e integra a lista nacional da Rede Natura 2000, dos quais 3.513,35 hectares (24,21%) estão integrados na área de intervenção do PRGP_SMAPV. O Sítio Rio Paiva caracteriza-se por uma grande diversidade ecológica, com uma vegetação composta por bosques ripícolas de amieiros (*Alnus glutinosa*) e carvalhos (*Quercus robur*), que formam galerias ripárias de elevado valor ecológico. Nos vales e margens, encontram-se matos e herbáceas de grande importância para a biodiversidade, sendo uma das mais notáveis o endemismo lusitano *Anarrhinum longipedicellatum*. Considerado um dos melhores rios da Europa em termos de qualidade da água, o Rio Paiva abriga várias espécies de fauna aquática e ribeirinha, algumas das quais incluídas na Diretiva Habitats. Destacam-se espécies como a lontra (*Lutra lutra*), o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), incluídas no Anexo II da Diretiva Habitats. Além disso, o mexilhão-de-rio (*Margaritifera margaritifera*), uma espécie que se considerava extinta, mantém-se neste rio. O lobo (*Canis lupus*) também utiliza este Sítio como um importante corredor ecológico, essencial para a conectividade das populações deste carnívoro no Norte de Portugal. Este Sítio integra várias áreas de habitats naturais classificados pelo Anexo B-I da Diretiva Habitats, como as florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) e as Pradarias com *Molinia* em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (*Molinion caeruleae*), essenciais para a fauna e flora da região. A área de intervenção inclui também porções muito reduzidas dos Sítios “Serras da Freita e Arada” (PTCON0047) e “Serra de Montemuro” (PTCON0025), com ocupações de 160,37 hectares e 55,52 hectares, respectivamente, na área de intervenção (Tabela 6.5, Figura

O documento refere amiúde a relevância e especificidade da ZEC/ZPE, mas da forma como está a ser abordada só virá acentuar a percepção existente do maior risco de incêndio em áreas com algum regime de proteção (seja dentro da Rede Nacional de Áreas Protegidas, quer da Rede Natura 2000), e que acabaram por ser corroboradas pelo estudo do Professor Paulo Fernandes “As áreas protegidas como focos de atividade de incêndios florestais em biomas Temperados e Mediterrânicos que pode ser consultado aqui:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479725016457>.

Participação	Ponderação
	<p>6.4). No sítio Serra de Montemuro, e com representatividade na área de intervenção, os carvalhos de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i> (9230) são uma das principais formações vegetais, fundamentais para várias espécies endémicas e ameaçadas. O lobo (<i>Canis lupus</i>), uma das espécies mais emblemáticas da região, depende deste Sítio para a sua sobrevivência, sendo uma das áreas mais importantes para a conservação da subpopulação que habita a zona sul do Douro. A flora deste Sítio inclui algumas espécies prioritárias, como <i>Festuca elegans</i>, que ocorre nos carvalhos e soutsos, <i>Veronica micrantha</i> e <i>Narcissus asturiensis</i> (um endemismo da Península Ibérica), presentes no Anexo B-II da Diretiva Habitats. Na área do sítio Serras da Freita e Arada incluída na área de intervenção destaca-se a ocorrência de charnecas secas europeias e charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas espinhosas, assim como de matagais arborecentes de <i>Laurus nobilis</i>, habitats classificados que albergam diversos endemismos ibéricos. Salienta-se ainda que as medidas e ações propostas se encontram em articulação com as medidas do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e com o Plano de Ação do Lobo-Ibérico, assegurando a coerência da intervenção com os objetivos nacionais de conservação, sendo que várias das ações propostas — como o restauro ecológico ativo, a gestão de matos e a remuneração por serviços ambientais — vão além dos compromissos existentes e reforçam a sustentabilidade a longo prazo. Esta articulação é particularmente evidente na compatibilidade com os planos de gestão das ZEC Serra de Montemuro, Rio Paiva e Serras da Freita e Arada, onde medidas como a valorização e restauro de galerias ripícolas (habitats 91E0* e 92A0), a reconversão de monoculturas em sistemas biodiversos, a promoção de mosaicos agroflorestais, o controlo de espécies exóticas invasoras e o incentivo à agroecologia extensiva refletem diretamente as metas de conservação definidas para estes territórios. Adicionalmente, recomenda-se a integração de ações complementares, como a implementação de protocolos de deteção e controlo precoce de espécies invasoras e a adaptação da gestão de combustíveis às especificidades dos habitats sensíveis, tal como previsto nos planos de gestão, assegurando assim uma intervenção ambientalmente ajustada, cientificamente sustentada e ecologicamente eficaz. Adicionalmente, o PRGP_SMAPV incorpora os princípios da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 242/2015, assumindo um papel ativo na proteção de áreas ecologicamente relevantes não formalmente classificadas, mas críticas para a continuidade ecológica e o intercâmbio genético entre núcleos populacionais de espécies selvagens. Exemplo disso são os corredores do rio Paiva e respetivos afluentes, onde ocorrem habitats prioritários como os amaias (91E0) e azereirais, e que constituem zonas-chave para a coesão ecológica do território. As medidas propostas, como o restauro de galerias ripícolas, a criação de zonas tâmpao e a gestão adaptativa da vegetação, asseguram uma resposta coerente aos desafios identificados nesses contextos ecológicos sensíveis. Face ao contexto a questão colocada não se aplica.</p>
A principal conclusão do estudo é que existe uma correlação significativa entre a expansão de áreas protegidas para conservação da biodiversidade e o aumento do risco de incêndios florestais para as comunidades locais. Estas correlação manifesta-se de várias formas:	
1. Maior Probabilidade e Área Ardida:	
o As áreas protegidas, especialmente em biomas temperados (Europa, Austrália), ardem de forma desproporcional. Ou seja, a percentagem de área ardida dentro destas zonas é superior à sua representação territorial.	Face ao exposto anteriormente as preocupações referidas não têm qualquer aplicação ou similitude com o contexto da área de intervenção ou com as propostas do desenho da paisagem preconizadas
o Por exemplo, no Sudoeste da Europa, a área ardida dentro de zonas protegidas aumentou muito mais rapidamente do que a própria expansão dessas zonas.	
2. Maior Severidade do Fogo:	
o Em média, a severidade dos incêndios foi 21% maior dentro das áreas protegidas nos biomas temperados e 19% maior nos biomas	

Participação

Ponderação

mediterrânicos, em comparação com áreas não protegidas. Isto significa que os incêndios nestas zonas são ecologicamente mais destrutivos.

3.Aumento Drástico da Exposição da População:

o As pessoas que vivem dentro ou perto de áreas protegidas têm um risco muito maior (até 16 vezes mais) de serem expostas a grandes incêndios.

O Esta tendência tem vindo a agravar-se nas últimas duas décadas na Europa e na Austrália, tornando cada vez mais perigoso viver nestas zonas

Participação pública e envolvimento dos atores locais

Claramente a participação de proprietários e empresários florestais, é muito baixa, ou quase nula. Pode-se apontar razões culturais, mas tendo como base este enquadramento, a dimensão e complexidade dos documentos em consulta deveria apresentar uma linguagem clara e acessível como forma de apelar à necessária participação.

O sucesso do PRGP só será possível com a mobilização dos proprietários e essa componente sociológica não está a ser considerada no planeamento considerado, apesar de ser referido no Relatório do Programa que "Esta nova paisagem requer, ainda, o envolvimento ativo da população, que é chamada a implementar novas práticas culturais e de gestão, como requer o compromisso e a co-responsabilização das instituições e das organizações na procura de soluções adaptadas que respondam aos objetivos da transformação que se propõe, incorporando a cada momento novos saberes, novas oportunidades e vontades, quer seja através da disponibilização de conjuntos de instrumentos operacionais, quer seja em ações de divulgação e sensibilização", este consórcio teve 19 respostas num processo de auscultação a stakeholders.

Esse paradigma, de considerar o perfil, as expectativas e os meios disponíveis do proprietário florestal está ausente das Propostas apresentadas

O processo de planeamento para ser efetivo envolve métodos contínuos de mobilização e auscultação dos diferentes atores e agentes transformadores do território. A proposta agora apresentada, desenvolvida no contexto que foi possível, deve ser considerada o ponto partida de uma nova dinâmica de gestão territorial, capaz de efetivar as propostas de mudança que se preconizam. A proposta inclui um modelo de governança que envolve os diversos atores. Cabe agora aos atores coletivamente agirem e constituírem afetiva e efetivamente o caminho da mudança numa perspetiva de sustentabilidade e de qualidade de vida.

Desenho da Paisagem

As Macroestruturas da paisagem, comportam complexidade e também conceitos genéricos que aplicados no território e em particular nos espaços florestais vão condicionar e impossibilitar atividades e intervenções, nomeadamente na área de produção florestal que são enquadradas e avaliadas por outros instrumentos de gestão. Em particular, no que respeita à Estrutura de conectividade ecológica, onde são incluídos corredores húmidos (tudo indica que são linhas de água permanentes e efêmeras com buffers de 10 metros), não se comprehende a proposta de ir além das linhas de água permanentes com galeria ripícola, sendo incluídas linhas efêmeras, algumas das quais nem terão expressão no terreno.

A definição e o desenho destas Macroestruturas, apesar de macro e carecerem de adaptabilidade ao terreno, são georreferenciadas ao detalhe e sendo integradas em PDM, como previsto na D1, mais tarde ou mais cedo, vão ser condicionantes da gestão ativa do território e por conseguinte da floresta existente. A conectividade já está prevista nos PROF, através de corredores ecológicos os quais também só se aplicam às áreas florestais.

Assim o PRGP está nesta matéria a alargar a abrangência destas estruturas, sem que estejam consolidadas as orientações e sem que se faça a avaliação no terreno e nos impactos sobre a gestão e impacto económico a diversos níveis.

As principais medidas que são preconizadas:

- Reversão de monoculturas florestais de pinheiro-bravo não geridas em sistemas florestais biodiversos (e.g. florestas mistas) e multifuncionais com espécies autóctones e resiliência ao fogo e às alterações climáticas.

- Restaurar áreas naturais afetadas pelos incêndios através da reflorestação com espécies autóctones, recuperação de habitats da Diretiva Habitats, controlo de espécies invasoras e recuperação de funções ecológicas.

- Promoção de mosaicos agroflorestais e silvopastoris, com introdução ou reforço de culturas e pastagens biodiversas, associadas a práticas regenerativas e descontinuidade da biomassa combustível, incentivando pequenas explorações familiares e culturas tradicionais em mosaicos produtivos.

A proposta de estrutura ecológica do PRGP_SMAPV tem como principal objetivo reforçar a resiliência do território face ao risco de incêndio, à perda de biodiversidade e à fragmentação dos habitats, seguindo as orientações estratégicas previstas no Programa de Transformação da Paisagem e alinhadas com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade. A estrutura de conectividade ecológica tem como referência técnicas e critérios amplamente reconhecidos no domínio da ecologia da paisagem, com o intuito de promover corredores funcionais para a fauna, a manutenção de ciclos ecológicos essenciais e a proteção de recursos hídricos e do solo.

A inclusão de linhas de água intermitentes ou efêmeras decorre do seu papel reconhecido na manutenção da biodiversidade e da funcionalidade hidrológica, mesmo que a sua expressão física seja reduzida ou variável. Estes elementos são frequentemente os primeiros a reativar a regeneração natural em zonas perturbadas e constituem vetores de dispersão para flora e fauna, sobretudo em cenários de alterações climáticas.

Importa, no entanto, reforçar que as macroestruturas identificadas não constituem por si só servidões administrativas nem implicam limitações automáticas à gestão privada, mas antes orientações de base para a transição e planeamento da paisagem, passíveis de ser adaptadas em sede de instrumentos de gestão mais específicos e com participação ativa dos proprietários.

Adicionalmente, as medidas preconizadas, como a reversão florestal ou o restauro de habitats, têm como foco áreas prioritárias identificadas por critérios ecológicos e de risco, respeitando a propriedade privada e não excluindo o papel central dos proprietários ativos. O PRGP valoriza a gestão ativa e responsável, sendo que a sua aplicação prática será feita com base em critérios técnicos, diálogo com os agentes locais e instrumentos de apoio específicos.

Por fim, importa sublinhar que a proposta de integração em PDM, prevista na diretiva D1, visa assegurar coerência entre os níveis de planeamento e não anulará os processos de adaptação à escala local. As propostas inseridas no PRGP devem, por isso, ser vistas como uma base estratégica para

Participação	Ponderação
<ul style="list-style-type: none">Planeamento territorial com zonas de transição ecológica, para reduzir a continuidade de monoculturas inflamáveis.", além de tecnicamente pouco robustas, excluem o proprietário da decisão sobre o seu património (e aqui está a defender-se o proprietário ativo que quer gerir a sua propriedade e não as "terras sem dono conhecido" ou os absentistas por opção).	orientação futura, sujeita a validação técnica e articulação interinstitucional no processo de operacionalização.
Matriz de Transição <p>A matriz de transformação resume-se essencialmente à redução das áreas de produção florestal, de eucalipto e pinheiro-bravo e outras resinosas, querendo transformá-las em áreas agrícolas, agro silvopastoris, pastagens o que implicará, a curto e médio prazo (10 anos), que surjam agricultores na região (altamente envelhecida e despovoada), a desflorestação ou o abandono e falta de gestão, com implicações que o PRGP não avalia. De facto, embora se prevejam ações prioritárias a curto prazo e outras a médio prazo, 10 anos, o planeamento florestal faz-se no mínimo a 30 anos, e por isso é no período previsto para as ações do PRGP que a análise deveria ser equacionada.</p> <p>Todas estas ações de transformação de floresta de produção implicarão desflorestação, perda significativa de produção e disponibilidade de matéria-prima para diversas indústrias e consequente perda de rendimento de proprietários. O impacto destas medidas na economia do proprietário, economia local e dos setores afetados, não é avaliado na PRGP.</p> <p>As medidas de transformação, que se espera serem financiadas, subsidiadas, por fundos públicos, bem como o pagamento de serviços de ecossistemas que se espera virem a ser gerados deverão perseguir os objetivos do PRGP de «promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas». Deveriam ser estudadas e apresentadas alternativas, menos intrusivas, mais integradoras, com menor exigência de recursos, tirando partido do potencial produtivo, bem como das possibilidades de gestão existente na área do PRGP identificado. Desta forma seriam aproveitados os recursos existentes, com menores custos e com resultados a prazos mais curtos. Efetivamente, deveria haver um trabalho de identificação de locais estratégicos para a compartimentação e recuperação pelas ações de gestão de áreas abandonadas ou degradadas, que sejam áreas produtivas, de conservação ou proteção. Esta é uma outra forma de aumentar a resiliência do território.</p>	As áreas de povoamento de eucalipto existentes atualmente no PRGP SMAPV (736 hectares) não são alteradas na matriz de transição As áreas de floresta de eucalipto que foram sujeitas ao incêndio florestal de 2024 (1172 hectares) serão reconvertisas sobretudo para povoamentos de folhosas diversas (1044 ha) sendo que uma parte irá constituir outros usos do solo (nomeadamente, áreas de pastagens e sistemas agroflorestais), sem que, contudo, haja uma desflorestação, dado que se tratam de áreas ardidas e que atualmente constituem áreas de matos Do mesmo modo, as áreas de florestas de pinheiro bravo que arderam em 2024 (6900 hectares) serão reconvertisas para povoamentos de composição mista (Pb + folhosas) em 4232 ha, mantendo-se cerca de 1453 ha como povoamentos puros, e convertendo cerca de 1014 ha para sistemas agroflorestais que constituirão mosaicos agro-silvo-pastoris, de modo a criar uma maior diversificação da paisagem Por se tratar de áreas que atualmente correspondem a espaços desarborizados e matos, a transição proposta não implica uma desflorestação dado que a floresta já não existe atualmente Na matriz de transição, os sistemas florestais de produção irão ocupar uma área de 13 138 hectares (cerca de 30% da área total do PRGP SMAPV), ocorrendo ainda 6010 hectares de sistemas florestas de produção e matos a evoluir para sistemas florestais de proteção, que constituirão no médio prazo áreas de produção florestal
Regime de fogo <p>Apesar de não ser possível estudar todos os documentos com profundidade em consulta, e considerando que a proposta de transformação da paisagem é muito fundamentada em modelos do comportamento do fogo, teve-se o cuidado de ler parte deste documento, não só para tentar compreender a proposta, mas também para comparar o método usado com os usados noutras PRGP. O modelo de simulação da severidade do fogo utilizado para proposta de intervenção neste PRGP teve como base o comprimento da chama e intensidade frontal, usando o software FlamMap 6. Teve como output a avaliação de como a nova paisagem projetada (convertendo a floresta de produção em outras ocupações) reduz a severidade dos incêndios em comparação com a paisagem atual. Contudo, os cenários resultantes do modelo, são apenas isso, cenários, para as condições e pressupostos de input do modelo, sendo necessário ponderação e ajustamento às condições do terreno e a consideração e comparação de diferentes formas de gestão dos combustíveis presentes</p>	Nada a referir. Como qualquer cenário, os nossos têm simplificações e pressupostos, que estão descritos no relatório.
Áreas e Ações prioritárias Outra <p>O Eucalipto e o Pinheiro-bravo são associados a alta combustibilidade, mas vários estudos científicos e técnicos em Portugal reforçam que o problema dos incêndios está mais ligado à má gestão (ou à sua ausência) do que à espécie em si.</p> <p>A investigação científica nacional, nomeadamente os estudos do Prof. Paulo Fernandes (UTAD), demonstra que o comportamento do fogo depende mais da gestão do combustível do que da espécie florestal. A reconversão de eucalipto e pinheiro-bravo deve ser avaliada caso a caso, privilegiando a gestão ativa, a compartimentação da paisagem</p>	A abordagem do PRGP_SMAPV tem precisamente por base uma leitura técnica e ponderada da bibliografia científica, reconhecendo que o comportamento do fogo resulta de múltiplos fatores, entre os quais se destacam a continuidade de combustível, a topografia, as condições meteorológicas e, de forma crucial, a gestão (ou ausência dela). É importante salientar que o PRGP não estabelece uma rejeição da floresta de produção nem promove a reconversão generalizada com base na espécie, mas propõe a reconversão em situações específicas e de elevado risco, como Áreas ardidas de forma recorrente; Encostas com acessibilidade limitada à gestão; Zonas de interface urban-

Participação	Ponderação
e a diversificação de usos como estratégias mais eficazes e sustentáveis.	florestal com continuidade horizontal de povoamentos não geridos.
Os incêndios não são provocados pela floresta de produção ou por uma qualquer espécie. Gostaríamos de referir o artigo publicado na revista <i>Science of the Total Environment</i> por Fernandes, P.M., Guiomar N., Rossa, C.G. em 2019, sob o título "Analysing eucalypt expansion in Portugal as a fire-regime modifier", em que se destaca:	Estas propostas não decorrem de uma associação linear entre a presença de eucalipto ou pinheiro-bravo e ignições, mas sim da constatação — suportada por múltiplos estudos e pelo histórico de incêndios — de que povoamentos extensivos, monoespecíficos e sem gestão ativa apresentam maior suscetibilidade à propagação rápida e à elevada severidade em cenários de fogo extremo.
-A expansão do Eucalipto não fez aumentar a área ardida em Portugal;	De facto, como também demonstrado nos estudos referidos, a ausência de gestão é o fator-chave. No entanto, a realidade no território do PRGP_SMAPV mostra que uma parte significativa dos povoamentos destas espécies se encontra abandonada ou subgerida, especialmente após o incêndio de 2024. A reconversão nesses casos visa restaurar a resiliência ecológica da paisagem, garantindo que o território evolui para um mosaico funcional, com continuidade reduzida, maior diversidade e viabilidade de gestão futura.
-A dimensão de um incêndio é independente das espécies florestais presentes;	Adicionalmente, as propostas do PRGP estão alinhadas com os princípios da Estratégia Nacional para as Florestas, do Programa de Transformação da Paisagem e com os compromissos nacionais e europeus de sustentabilidade. A reconversão é apenas uma das ferramentas propostas — complementar à gestão ativa, à certificação, à gestão agrupada e à remuneração por serviços dos ecossistemas — e será sempre avaliada caso a caso e deverá ser acompanhada por apoios específicos, para garantir a viabilidade técnica, económica e social das intervenções.
-Ocorre um ligeiro decréscimo da severidade dos mega-incêndios em povoamentos de eucalipto;	O objetivo do PRGP não é excluir espécies ou modelos produtivos, mas sim criar condições para uma paisagem florestal mais resiliente, segura e sustentável, articulando produção, biodiversidade e prevenção estrutural de incêndios. A valorização dos proprietários ativos e dos agentes de gestão florestal é um eixo central deste plano.
-O tipo de Floresta é um dos fatores com menor influência no perigo de incêndio;	
-A intensidade de um incêndio tem uma relação inversamente proporcional com a gestão praticada no eucalipto em curta rotação;	
Embora o programa fundamente a reconversão na elevada combustibilidade destas espécies, a evidência científica nacional aponta que o risco de incêndio está mais associado à ausência de gestão do que à espécie em si.	O programa reconhece expressamente o papel da gestão ativa e diferenciada por contexto, sendo que a reconversão proposta para áreas de monocultura de pinheiro-bravo e eucalipto incide sobretudo em locais de elevado risco estrutural de incêndio, baixa viabilidade económica ou ausência de gestão, como zonas de interface urbano-florestal, áreas ardidas recorrentes e declives acentuados sem acessibilidade. A manutenção de povoamentos florestais de produção é, naturalmente, compatível com os objetivos do PRGP, desde que integrada numa lógica de planeamento multifuncional da paisagem e associada a práticas de gestão que reduzam o risco de incêndio, promovam a diversidade estrutural e valorizem os serviços dos ecossistemas.
A primeira sugestão que consideramos essencial transmitir prende-se com a ponderação cuidada que deve ser dada a qualquer processo de transformação que incida em povoamentos florestais e que tem efeitos a diversos níveis. Considera-se que, estando a espécie (qualquer que ela seja) bem localizada em termos de aptidão, e não colidindo com restrições legais que possam eventualmente existir no território deve ser equacionada em primeira instância a sua manutenção e o apoio à sua gestão junto dos proprietários. No caso em concreto estamos numa região com condições para produtividade elevada para o eucalipto e pinheiro-bravo e onde, como referido no diagnóstico, a atividade florestal é importante na economia da região. Em vez de uma reconversão generalizada baseada na espécie, propõe a Biond que se aposte na:	A proposta de promoção de mosaicos funcionais, com introdução de zonas tampão e descontinuidades, não visa restringir ou excluir modelos de produção florestal, mas sim promover uma maior heterogeneidade e resiliência ecológica, reconhecidamente eficaz na mitigação da propagação de incêndios. Estes mosaicos são compatíveis com práticas como o escalonamento de idades no caso do eucalipto, integração com usos agropecuários ou outras soluções adaptadas à realidade dos proprietários. Adicionalmente, o PRGP valoriza a certificação florestal, a gestão agrupada (ZIF, OIGP) e prevê a remuneração por serviços dos ecossistemas como incentivo à gestão ativa e sustentável, desde que devidamente comprovada no terreno.
a) Gestão Diferenciada por Contexto	
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de povoamentos de eucalipto/pinheiro desde que respeitem um Regime de Gestão, de modo a garantir uma ação que vá de encontro aos objetivos do PRGP; 	
<ul style="list-style-type: none"> Reconversão apenas em áreas de alto risco (ex: proximidade de aglomerados e zonas de interface já existentes, ou outras situações decorrentes de legislação aplicável) ou ainda onde não há viabilidade técnica ou económica de gestão. 	
b) Promoção de Mosaicos Funcionais	
<ul style="list-style-type: none"> Criação de faixas de descontinuidade e zonas tampão com espécies florestais adaptadas (quer sejam outras espécies, quer sejam por mosaico de idades por exemplo no caso do eucalipto). Integração de usos agrícolas e silvopastoris (em caso de haver agentes económicos com interesse). 	
c) Incentivos à Certificação e à Gestão Agrupada	
<ul style="list-style-type: none"> Apoios à certificação florestal e à gestão conjunta (ZIF, OIGP). Remuneração por serviços dos ecossistemas condicionada à efetiva gestão. 	

Participação	Ponderação
<p>Considera-se como vantagens da abordagem baseada na Gestão Ativa a redução do risco de incêndio com menor custo de reconversão, preservação de rendimentos florestais (madeira, biomassa), maior aceitação por parte dos proprietários florestais, e a compatibilidade com os objetivos do PRGP em termos de resiliência, biodiversidade e economia rural.</p> <p>Por outro lado, critério como o “Declive” não é, por si só, um critério suficiente. O declive influencia o comportamento do fogo, mas não determina automaticamente a perigosidade de um povoamento. O que agrava o risco é a continuidade do combustível, a acessibilidade limitada e a ausência de gestão ativa — fatores que podem ser mitigados com boas práticas.</p> <p>De relembrar que os declives acima de 25%, ao abrigo da legislação em vigor, podem ser mobilizados com recurso a terraços e nos quais poderá vigorar uma plantação associada à produção. A proposta sobrepõe-se à legislação em vigor, em vez de ser complementar, através da interdição de floresta de produção, eucalipto e pinheiro-bravo, nestes declives. Tendo em conta a falta de mão de obra a operar na floresta atualmente, de que forma estas áreas serão mantidas e conservadas ao longo dos anos, uma vez que, serão pouco ou nada produtivas considerando a substituição de áreas de produção por matos? Qual a base para propor retirar o material lenhoso de declives acima de 25%? De que forma, ao deixar estas áreas a matos, sem retorno para os proprietários e, portanto, sem investimento e gestão ativa pode levar a uma redução do perigo de incêndio e ser compatível com as prioridades definidas no PRGP?</p>	<p>uma orientação técnica enquadrada na avaliação de risco e na viabilidade da gestão futura. Onde existam condições e vontade de gestão ativa, a manutenção de povoamentos florestais pode continuar a ser valorizada, com incentivos ajustados ao desempenho ecológico e produtivo.</p> <p>Finalmente, importa sublinhar que o PRGP não exclui os proprietários ativos e gestores florestais; pelo contrário, procura criar condições para apoiar e valorizar o seu papel na gestão sustentável do território, promovendo modelos integrados que combinem produção, segurança, conservação e retorno económico. A reconversão de áreas de baixa produtividade para vegetação natural ou mosaicos agroflorestais será acompanhada por mecanismos de apoio e remuneração específicos, contribuindo para reduzir o abandono, reforçar a resiliência da paisagem e criar novas oportunidades para o mundo rural.</p>
<p>A diretiva D16, apesar de ser melhor que outras Diretrizes existentes noutros PRGP, “Limitar a remoção de biomassa de acordo com as seguintes orientações:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Em áreas declivosas e com elevados riscos de erosão do solo remover no máximo 50% da BFR resultante das operações de gestão e exploração florestal;b) Nas restantes áreas remover até 80% da BFR resultante das operações de gestão e exploração florestal”. <p>Nas rearborizações, e no caso específico do eucalipto, esse material será incorporado na preparação do solo, servindo de fertilizante para o solo. Nas áreas com elevado declive, a biomassa poderá ajudar a reduzir o escoamento superficial</p> <p>Sobre a importância de se deixar alguma biomassa no solo prende-se com o facto dos nossos solos de uma maneira geral terem uma percentagem de matéria orgânica baixa e por isso a remoção total de biomassa vem empobrecer na grande maioria das vezes o solo, assim deve-se deixar no terreno folhas e ramos finos, já que estas frações de biomassa proporcionam valiosos nutrientes durante o processo de decomposição e ajudam a manter as quantidades de matéria orgânica no solo. A biomassa disposta no terreno também faz algum ensombramento do solo impedindo a sua degradação. A biomassa disposta sobre o terreno também promove o combate à erosão por escorrência.</p> <p>As plantações de eucalipto em Portugal normalmente ocorrem em condições de solos pouco desenvolvidos, com pequena profundidade efetiva, elevada pedregosidade e baixa fertilidade natural. Neste contexto, a manutenção da folhada que se vai depositando no solo ao longo do ciclo de crescimento do eucalipto e a gestão dos sobrantes do corte, deixando no terreno a fração mais fina da biomassa (raminhos, folhas e casca), exercem um papel fundamental na melhoria da fertilidade do solo, na elevação dos teores de matéria orgânica e no sequestro e armazenamento de carbono orgânico no solo.</p> <p>Por outro lado, a reconversão em declive pode gerar novos riscos, tais como aumentar a erosão se não for bem planeada, reduzir a rentabilidade para os proprietários, desincentivando a gestão, e levar ao abandono, o que agrava o risco de incêndio a médio prazo. A reconversão deve ser criteriosa e baseada em risco real, não em critérios genéricos.</p>	<p>As diretrizes resultantes do RJAAR visam assegurar a articulação e compatibilização entre instrumentos de gestão territorial, garantindo dessa forma a transposição do desenho de paisagem proposta para o território. É nesse contexto que as normas devem ser interpretadas e ajustadas à realidade do território e às especificações de cada local.</p> <p>A permanência do material vegetal residual, resultante das operações de gestão e exploração florestal, sobretudo em povoamentos de eucalipto, deverá ser promovida e fomentada, enquanto medida de minimização dos efeitos da erosão e para melhoria dos teores de fertilidade dos solos.</p>
<p>Conclusão</p> <p>A reconversão generalizada de eucaliptais e pinhais com base na espécie ou no declive carece de fundamentação técnica não sendo ainda apresentados cenários do impacto dessas propostas na aceitação por parte dos proprietários, na evolução da paisagem e sequestro de carbono, por exemplo nem na economia local nem no impacto na disponibilidade de matéria-prima necessária à atividade da indústria instalada. A gestão ativa que considere o proprietário</p>	<p>Importa, antes de mais, sublinhar que o PRGP_SMAPV não impõe reconversões generalizadas com base exclusiva na espécie florestal ou no declive, mas define critérios de priorização técnica para a reconversão de áreas de risco acrescido, nomeadamente: i) povoamentos homogéneos e não geridos com baixa resiliência ecológica; ii) áreas arridadas de forma recorrente; iii) zonas de interface urbano-florestal com continuidade de combustível; iv) encostas com</p>

Participação

florestal, as condições específicas do local, que integre, se adequada a compartimentação da paisagem e a diversificação de usos, são estratégias mais eficazes, sustentáveis e compatíveis com os objetivos do PRGP.

Sugere-se que o programa adote uma abordagem mais flexível e baseada em risco, promovendo a gestão ativa e a valorização dos povoamentos existentes, em vez de impor reconversões generalizadas que podem comprometer a adesão dos proprietários e a viabilidade económica das intervenções. O que não se pode promover é o abandono do território, ou seja, colocar os objetivos do PRGP contra os objetivos do proprietário individual, pois este é um desígnio comum que todos partilhamos, conferir sustentabilidade ao território. Sugere-se a preparação de um modelo de regime de gestão por espécie tal como referido acima.

Em vários momentos das sessões públicas de apresentação e discussão das propostas de PRGP, a Biond tem levantado a pergunta do momento a partir do qual o proprietário privado é obrigado a cumprir o PRGP. Assim, da leitura de se faz, parece que relativamente a eventuais normas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, os PRGPs são vinculativos para os particulares desde o momento em que entrem em vigor e começem a produzir efeitos jurídicos, sem necessidade de serem transpostas para plano municipal, como por exemplo em PDM. Por outro lado, e considerando demais disposições, os PRGPs vinculam apenas as entidades públicas, só se tornando as respetivas normas vinculativas para os particulares após alteração ou atualização dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, como o PDM, que com ele não sejam compatíveis.

Destaca-se uma evolução na legislação europeia, que à data da regulamentação do Programa de Transformação da Paisagem não existia. Com a aprovação do Regulamento da Desflorestação (Regulamento (UE) 2023/1115), se Portugal reduzir significativamente a sua área de floresta para dar lugar à agricultura ou pastagem, poderá enfrentar consequências relevantes no âmbito da avaliação de risco prevista pelo mesmo. Este regulamento exige que operadores e comerciantes que colocam produtos no mercado da UE demonstrem que esses produtos não resultam de desflorestação nem de degradação florestal após 31 de dezembro de 2020.

Se as estatísticas nacionais passarem a refletir um aumento da conversão de áreas florestais em usos agrícolas ou pastoris, Portugal poderá ser classificado como um país de risco médio ou elevado. Isso implicaria:

- 1) Mais obrigações para operadores portugueses, incluindo a necessidade de fornecer provas mais detalhadas da origem e legalidade dos produtos (como madeira, carne bovina, soja ou outros produtos abrangidos);
- 2) Perda de competitividade dos produtos portugueses nos mercados europeus, já que os operadores poderiam preferir produtos de países de baixo risco, com menos exigências de verificação;
- 3) Reputação ambiental afetada, comprometendo metas nacionais e europeias de neutralidade carbónica e conservação da biodiversidade;
- 4) Possível exclusão de certos mercados, caso as exigências de due diligence não sejam cumpridas ou haja suspeitas de incumprimento do regulamento.

Portanto, uma política que promova a substituição de floresta por agricultura ou pastagem pode colocar Portugal numa situação vulnerável, com impactos económicos, legais e ambientais significativos.

Ponderação

acessibilidade limitada e suscetibilidade à erosão. Estes critérios foram definidos com base nas evidências técnicas disponíveis sobre o comportamento do fogo, a capacidade regenerativa dos ecossistemas e a vulnerabilidade ecológica do território. A reconversão é, por isso, orientada por risco e viabilidade de gestão, não sendo imposta de forma indiscriminada.

Adicionalmente, o PRGP prevê a manutenção e valorização de povoamentos de eucalipto ou pinheiro-bravo quando integrados em modelos de gestão ativa, certificada e diversificada, desde que cumpram boas práticas de ordenamento, descontinuidade do combustível e compatibilização com a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas. A lógica adotada é de diferenciação funcional e não de exclusão por espécie, sendo compatível com o desenvolvimento económico local, a produção de matéria-prima florestal e os compromissos da indústria instalada. Como reforço, será considerada a proposta de desenvolvimento de modelos orientadores de regimes de gestão por espécie, com enquadramento técnico e adaptabilidade local, em articulação com entidades do setor e proprietários florestais.

Quanto à aceitação por parte dos proprietários, o PRGP defende a valorização do papel dos agentes locais e da propriedade privada ativa como elementos fundamentais para a sustentabilidade da paisagem. A gestão agrupada (ex. ZIF, OIGP), a remuneração por serviços dos ecossistemas e os sistemas de incentivo à multifuncionalidade florestal são instrumentos propostos para garantir que as intervenções sejam economicamente viáveis e socialmente aceites, sem gerar abandono. Em zonas de baixa aptidão produtiva, os sistemas naturais e seminaturais podem ser valorizados como espaços de regulação ecológica e conservação, integrados em mosaicos geradores de valor ambiental e económico.

Do ponto de vista jurídico, esclarece-se que, à luz do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, os PRGP só se tornam vinculativos para os particulares após a sua integração nos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal ou intermunicipal, como os Planos Diretores Municipais (PDM). Não tendo sido identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções. Os avisos específicos para financiamento de ações privilegiarão opções alinhadas com os PRGP.

Por fim, reconhece-se a evolução do enquadramento legal europeu, nomeadamente a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2023/1115 relativo à desflorestação. O PRGP é plenamente compatível com esta nova regulamentação, ao promover a conservação e reconversão de áreas degradadas, o restauro ecológico e a não substituição de floresta nativa por usos incompatíveis, como a agricultura intensiva. A reconversão de áreas ardidas e de povoamentos sem gestão para formações florestais mais resilientes e biodiversas não constitui desflorestação, mas sim uma medida de restauro funcional do capital natural, alinhada com as metas europeias de neutralidade carbónica, sustentabilidade da produção florestal e proteção dos ecossistemas.

Diretrizes de Planeamento e Gestão

Relativamente ao proposto nas 7. Diretrizes de planeamento e gestão, e que ao constarem neste diploma e após aprovação do mesmo passam a vincular o proprietário privado e considerando a dúvida já apresentada em capítulo distinto sobre o momento em que estas passam a estar válidas, seria de rever as mesmas no sentido de salvaguardarem a gestão ativa da floresta existente, fazendo cumprir a lei.

Por exemplo, a diretriz nº 14 em que se estabelecem, para as “áreas com declive superior a 25 % em qualquer projeto de arborização ou rearborização deve ser assegurada a manutenção de zonas abertas, em mosaico, em pelo menos 15 % da superfície e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:

As diretrizes devem ser atendidas e integradas no âmbito dos diversos instrumentos de gestão definidos, podendo estes instrumentos ajustar, detalhar ou aprofundar os critérios de aplicação das diretrizes definidas. Discorda-se que a densificação proposta de algumas normas seja desajustada e desproporcional aos objetivos pretendidos pelo PRGP.

A permanência do material vegetal residual, resultante das operações de gestão e exploração florestal, sobretudo em povoamentos de eucalipto, deverá ser promovida e fomentada, enquanto medida de minimização dos efeitos da erosão e para melhoria dos teores de fertilidade dos solos.

Participação	Ponderação
<p>a) Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível;</p> <p>b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação;</p> <p>c) Uma combinação das alíneas anteriores."</p> <p>Propostas insustentáveis do ponto de vista de escala da propriedade e económico, deve sustentar-se na aplicação da legislação existente e na real fiscalização da mesma.</p>	

Participação: ID 86606

Participação	Ponderação
<p>Diagnóstico do Programa</p> <p>Além da caracterização demográfica que por si só é reveladora da tendência de risco de falta de recursos para trabalho na atividade florestal, seria importante a caracterização dos proprietários e empresários florestais para ajustar medidas adequadas às operações que o Programa requer a curto e médio prazo.</p> <p>A ocupação do solo deve ser atualizada, em particular para atualizar a área de invasoras</p> <p>Metodologia</p> <p>Participação pública e envolvimento dos atores locais</p> <p>Foi evidente a falta de participação dos proprietários e dos agentes que diariamente trabalham na floresta.</p> <p>A Altri Florestal procurou participar na medida do seu conhecimento e continua disponível para contribuir de forma construtiva para o sucesso de ações que promovam os objetivos da redução da vulnerabilidade ao fogo, melhoria dos serviços dos ecossistemas, onde a produção está incluída, e dinamização socioeconómica do território.</p>	<p>O diagnóstico foi realizado mobilizando os dados disponíveis nos termos do contrato celebrado. A base deste trabalho permitirá evoluir para uma melhor caracterização do setor produtivo e dos seus atores.</p> <p>O processo de planeamento para ser efetivo envolve métodos contínuos de mobilização e auscultação dos diferentes atores e agentes transformadores do território. A proposta agora apresentada, desenvolvida no contexto que foi possível, deve ser considerada o ponto partida de uma nova dinâmica de gestão territorial, capaz de efetivar as propostas de mudança que se preconizam. A proposta inclui um modelo de governança que envolve os diversos atores. Cabe agora aos atores coletivamente agirem e construirão efetivamente o caminho da mudança numa perspetiva de sustentabilidade e de qualidade de vida.</p>

Desenho da Paisagem

A Altri Florestal vê com preocupação o desenho da paisagem em que o sistema de produção não é valorizado e onde os sistemas de conservação e proteção são tidos como resilientes ao contrário da forma como é apreciado o sistema da produção. Preocupa a criação de Macroestruturas que integram novos constrangimentos à produção florestal.

O plano parte do princípio de que a produção florestal é um dos pilares estruturantes da economia rural e da multifuncionalidade da paisagem, reconhecendo a importância dos sistemas produtivos na geração de emprego, rendimento e abastecimento de matéria-prima para os setores industriais instalados. Em momento algum se desvaloriza a floresta de produção — pelo contrário, o PRGP propõe mecanismos de apoio à gestão ativa, à certificação florestal, à valorização de modelos sustentáveis de produção e à manutenção de povoamentos economicamente viáveis, desde que integrados numa lógica de ordenamento funcional da paisagem.

A identificação de macroestruturas da paisagem, como a rede de conectividade ecológica ou zonas tampão, visa garantir a resiliência do território face a distúrbios como os incêndios de grande escala, assegurando uma base ecológica que suporte a viabilidade dos próprios sistemas produtivos a médio e longo prazo. Estas estruturas não visam substituir a produção, mas sim organizar espacialmente os diferentes usos, permitindo compatibilizar áreas de conservação com zonas de produção mais eficientes e seguras.

Importa reforçar que estas macroestruturas foram desenhadas com base em critérios técnicos (uso do solo, topografia, rede hídrica, habitats prioritários, histórico de incêndios), e a sua aplicação será adaptável à escala local, respeitando as realidades produtivas e permitindo ajustes em sede de instrumentos de planeamento de detalhe (como PDM ou planos de gestão florestal), onde o diálogo com os proprietários é assegurado.

A valorização dos sistemas naturais e de conservação como componentes resilientes não pretende criar um antagonismo com os sistemas produtivos, mas sim reconhecer o seu papel complementar na estabilidade ecológica do território. A presença de zonas com elevada diversidade estrutural, como galerias ripícolas, matos autóctones e mosaicos agrícolas, é

Participação	Ponderação
	<p>hoje reconhecida como essencial para a contenção da propagação de incêndios, proteção dos recursos hídricos e suporte à biodiversidade funcional, com benefícios diretos também para as áreas produtivas vizinhas.</p> <p>Assim, o PRGP procura equilibrar produção, conservação e prevenção, organizando o território para garantir maior segurança, sustentabilidade e viabilidade económica. Os sistemas de produção são valorizados e mantidos onde existam condições de gestão ativa, sendo as intervenções propostas orientadas para as áreas críticas em termos de risco, abandono ou degradação, com mecanismos de apoio e remuneração associados.</p>
	<p>As áreas de povoamento de eucalipto existentes atualmente no PRGP SMAPV (736 hectares) não são alteradas na matriz de transição</p> <p>Para as áreas de floresta de eucalipto que foram sujeitas ao incêndio florestal de 2024 (1172 hectares) propõem-se que sejam reconvertidas sobretudo para povoamentos de folhosas diversas (1044 ha) sendo que uma parte irá constituir outros usos do solo (nomeadamente, áreas de pastagens e sistemas agroflorestais), sem que, contudo, haja uma desflorestação, dado que se tratam de áreas ardidas e que atualmente constituem áreas de matos</p> <p>Do mesmo modo, para as áreas de florestas de pinheiro bravo que arderam em 2024 (6900 hectares) propõem-se que sejam reconvertidas para povoamentos de composição mista (Pb + folhosas) em 4232 ha, mantendo-se cerca de 1453 ha como povoamentos puros, e convertendo cerca de 1014 ha para sistemas agroflorestais que constituirão mosaicos agro-silvo-pastoris, de modo a criar uma maior diversificação da paisagem</p> <p>Por se tratarem de áreas que atualmente correspondem a espaços desarborizados e matos, a transição proposta não implica uma desflorestação dado que a floresta já não existe atualmente</p> <p>Na matriz de transição, os sistemas florestais de produção irão ocupar uma área de 13 138 hectares (cerca de 30% da área total do PRGP SMAPV), ocorrendo ainda 6010 hectares de sistemas florestais de produção e matos a evoluir para sistemas florestais de proteção, que constituirão no médio prazo áreas de produção florestal</p>
<p>Matriz de Transição</p> <p>A matriz de transição, qualquer que seja, conduz sempre à redução da floresta de produção, especificamente desde que se encontre em áreas onde se criam macroestruturas de conectividade ecológica ou de resiliência. Efetivamente, a Floresta de Produção é vista de forma descontextualizada e não de forma integradora de valores de conservação e proteção e como tal, é excluída especificamente de áreas consideradas de conectividade ecológica, porque nestas só são contemplados os sistemas de proteção e conservação. Por outro lado, estruturas com REN, RAN ou linhas de água efémeras sem expressão no terreno, passam a integrar aquelas macroestruturas, excluindo a possibilidade de gestão dos sistemas de produção</p>	<p>O PRGP_SMAPV foi concebido com base numa abordagem integradora, procurando responder aos desafios de longo prazo que afetam o território — nomeadamente o risco estrutural de incêndio, a degradação ecológica e o abandono de áreas produtivas — através de ações que conciliem a resiliência ecológica com a valorização da produção florestal e agrícola.</p> <p>As opções de transformação da paisagem não visam comprometer a produção, mas sim adequá-la ao contexto de risco e viabilidade de gestão, promovendo a transição funcional em áreas críticas, como zonas de interface urbano-florestal, encostas de difícil acesso ou áreas recorrente e severamente ardidas. Nessas situações, a substituição de povoamentos homogéneos e não geridos por mosaicos biodiversos, sistemas silvopastoris ou soluções baseadas na natureza é entendida como uma medida preventiva e de restauro, tecnicamente justificada e alinhada com políticas nacionais e europeias.</p> <p>É importante referir que o PRGP não exclui a produção florestal — pelo contrário, valoriza a gestão ativa, a certificação, a manutenção de povoamentos economicamente viáveis e a diversificação de usos como pilares fundamentais da sustentabilidade territorial. Os impactos da reconversão sobre a economia rural, a indústria e a estrutura fundiária foram tidos em consideração na definição das medidas e serão objeto de ajustamento em sede de planeamento municipal e operacionalização local, assegurando a ponderação dos diversos interesses em causa.</p> <p>O processo de elaboração do PRGP incluiu mecanismos de participação pública, diálogo institucional e análise técnica detalhada, com base nos melhores dados disponíveis sobre</p>

Participação	Ponderação
	<p>ocupação do solo, risco de incêndio, condição ecológica e potencial de provisão de serviços dos ecossistemas. Naturalmente, o envolvimento continuado dos atores do setor florestal, incluindo operadores económicos e associações de proprietários, será essencial nas fases seguintes de implementação, garantindo que as soluções propostas são viáveis, ajustadas ao terreno e sustentáveis a longo prazo.</p>
	<p>A proposta do PRGP_SMAPV de reconversão localizada de áreas florestais homogéneas de eucalipto e pinheiro-bravo e de valorização de sistemas agrícolas e agroflorestais (SAF) decorre de uma leitura integrada dos seguintes fatores:</p> <p>Risco estrutural de incêndio elevado: Grande parte das áreas propostas para reconversão está associada a povoamentos monoespecíficos, contínuos e frequentemente não geridos, onde se tem verificado ocorrência e severidade elevadas de incêndios, como ficou patente nos eventos de 2024. Nestas condições, a redução da continuidade do combustível através de mosaicos com áreas agrícolas, pastagens permanentes e SAF contribui para criar descontinuidades estratégicas na paisagem, reconhecidamente eficazes na redução da propagação do fogo.</p> <p>Potencial para regeneração e restauro funcional: As áreas propostas para uso agrícola e SAF são, em grande medida, áreas com aptidão agrícola anteriormente cultivadas, agora subutilizadas ou abandonadas. A sua valorização com práticas sustentáveis (e.g. agricultura de conservação, produção biológica, silvopastorícia) visa recuperar funções ecológicas e produtivas, promovendo a multifuncionalidade do território — sem implicar artificialização ou expansão para áreas sensíveis ou naturais.</p> <p>Nova economia rural e retorno da gestão ativa: A aposta nos SAF e na pequena agricultura regenerativa não substitui a floresta de produção, mas complementa a matriz territorial, oferecendo alternativas de uso compatíveis com o contexto demográfico e socioeconómico local. Em territórios envelhecidos e marcados pelo abandono agrícola, modelos de gestão de pequena escala, menos intensivos e apoiados por incentivos, como a remuneração por serviços dos ecossistemas, são mais viáveis e atraentes para novos agentes rurais, cooperativas ou projetos comunitários.</p> <p>Conservação da biodiversidade e serviços dos ecossistemas: A reconversão parcial e direcionada, com reforço de zonas tampão, áreas ripícolas e SAF biodiversos, contribui para aumentar a resiliência ecológica e a provisão de serviços dos ecossistemas, como a regulação hídrica, a fertilidade dos solos, a polinização e o sequestro de carbono, ao mesmo tempo que apoia uma economia rural baseada em produtos de qualidade, mercados locais e identidade territorial.</p> <p>Compatibilidade com estratégias nacionais e europeias: Esta abordagem encontra-se plenamente alinhada com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, o Plano de Ação para a Agricultura Sustentável e o Pacto Ecológico Europeu, bem como com as recomendações do novo Regulamento Europeu sobre Desflorestação, ao evitar a conversão de áreas naturais e promover a regeneração de solos e funções ecológicas.</p> <p>Em suma, a reconversão proposta no PRGP_SMAPV não visa a eliminação da floresta de produção, mas sim a sua reorganização espacial e funcional, através da introdução de áreas agrícolas e SAF que aumentem a diversidade da paisagem, reduzam o risco de incêndio e valorizem o território rural de forma sustentável e adaptada ao seu contexto. Esta estratégia representa uma resposta integrada e baseada na ciência aos desafios estruturais da região.</p>
<p>O que se propõe é uma redução de floresta de eucalipto e de pinheiro e um aumento extraordinário de área agrícola e de SAF (uma nova ocupação), em territórios marcados pelo abandono dos campos agrícolas e forte envelhecimento da população</p>	<p>Regime do Fogo Os modelos e os resultados produzidos têm de ser ponderados e devem merecer uma análise crítica</p> <p>Não fica claro o que se pretende com a "ponderação". Os resultados obtidos na modelação da gravidade do fogo têm por base os pressupostos que estão descritos no relatório.</p>

Participação	Ponderação
Áreas e Ações Prioritárias As áreas prioritárias deveriam ser: <ul style="list-style-type: none"> - análise ponderada do desenho proposto - Identificação de áreas abandonadas ou sem gestão e criar mecanismos de recuperação, mantendo e se justificado ou de interesse, alterarando - implementação ajustada das infraestruturas e medidas previstas no SGIFR; - controlo de invasoras, dando atenção às linhas de água; - gestão de galerias ripícolas – em geral em linhas de água permanentes, criando compartimentação - envolvimento de proprietários e empresas e técnicos florestais 	As preocupações expressas inscrevem-se na proposta apresentada, conforme se esclarece seguidamente.
Outros Um programa desta dimensão não apresenta uma avaliação económica da matriz proposta, nem avaliação dos serviços de ecossistema, sequestro de carbono e impacto na atividade económica, nomeadamente da indústria e pequenos proprietários e empresários. Apresenta-se o financiamento previsto, a ser apoiado por um sistema multifundos, mas não se apresenta o retorno económico e financeiro desse investimento	O PRGP_SMAPV, à semelhança dos demais programas integrados no Programa de Transformação da Paisagem (PTP), tem como principal objetivo fornecer um quadro estratégico e territorial de referência, onde são definidos os riscos prioritários, as tipologias de uso do solo mais vulneráveis, o estado ecológico da paisagem e as ações transformadoras a implementar com base em critérios ecológicos, sociais e de prevenção estrutural de incêndios. Nesse sentido, o programa apresenta já: <ol style="list-style-type: none"> 1) Uma avaliação espacial do potencial de provisão de serviços dos ecossistemas (NCPs/SE) por classe de uso do solo, baseada na metodologia MAES e com resultados comparativos entre a situação atual e futura; 2) Uma avaliação da condição ecológica da paisagem, com modelação espacial detalhada (NDVI, estrutura do uso do solo, ecossistemas) antes e depois dos incêndios de 2024; 3) Uma caracterização pormenorizada da matriz territorial e das funções ecológicas e produtivas atualmente exercidas, com identificação dos SE e serviços culturais valorizados localmente; 4) Uma proposta de tipologias de ação territorial ajustadas às unidades de gestão da paisagem (UGP), com previsão de financiamento por via de instrumentos multifundos e enquadramento no Plano Estratégico da PAC e no Fundo Ambiental. Reconhece-se, no entanto, que não foi incluída uma avaliação económica e financeira de retorno detalhada no presente documento, dado que essa fase será desenvolvida posteriormente, em sede de projetos de execução e de operacionalização local, com apoio técnico e concertação entre os promotores, agentes económicos e estruturas de gestão florestal. Sublinha-se, por fim, que o PRGP adota uma abordagem por benefícios múltiplos, reconhecida a nível europeu, que vai além do retorno económico direto, integrando valores ecológicos, sociais e de segurança como parte do retorno territorial — fundamental para aumentar a resiliência e sustentabilidade da paisagem.
Diretrizes Atendendo aos objetivos e enquadramento dos PRGP's as diretrizes que se pretendem ser Orientadores, não devem ser integradas em PDM, RJAAR ou outros instrumentos de gestão. Diretrizes que vão alterar a qualificação do solo e condicionar de forma desproporcional a floresta de produção existente ou a renovar, como a D1, D2, D3, D5 são podem ser transpostas de forma genérica impedindo a futura renovação e gestão florestal. Aliás todas as outras diretrizes devem ser ponderadas até porque deve ser avaliada a sua razoabilidade, proporcionalidade e operacionalização, como por exemplo a D13 e D14. Algumas das diretrizes devem ser transferidas para os Regimes de Gestão De facto, preocupa a referência à transposição para PDM e RJAAR e a vinculação do Programa a particulares quer por via da transposição para PDM e outros instrumentos quer pela via da vinculação da administração pública. Sendo orientações, não devem ser vinculativas.	As diretrizes a integrar nos PDM visam assegurar a articulação e compatibilização entre instrumentos de gestão territorial, garantindo dessa forma a transposição do desenho de paisagem proposta para o território. É nesse contexto que as normas devem ser transpostas para cada território concelhio, atendendo aos contexto e particularidades de contexto e de escala. Tal como é clara na formulação das diretrizes esta transposição deverá ser tratada. Assim a preocupação expressa está devidamente salvaguardada nas normas definidas.
Como sugestão, será de ponderar um modelo transitório para teste da aplicabilidade e adesão dos proprietários às medidas propostas nos PRGP. Assim, antes de qualquer alteração de PDM e outros, deve haver um período experimental de 2 anos e uma avaliação da execução	Nada a referir

Participação: ID 85607

Participação	Ponderação
<p>RELATÓRIO DO PROGRAMA</p> <p>Com o mundo a tornar-se cada vez mais digital, em que cada vez mais recursos são dirigidos para a alimentação de data centers cada vez maiores e potentes - com índices de utilização de energia e perturbação territorial absurdamente elevados - há-de chegar o dia em que o genuíno, o natural, o silêncio, a contemplação terão um valor incalculável e uma procura grande e de excelência.</p> <p>Conseguir prever e preparar os territórios para isso é essencial para a sua riqueza e preservação</p>	Nada a referir
<p>Implementação do programa</p> <p>Com o mundo a tornar-se cada vez mais digital, em que cada vez mais recursos são dirigidos para a alimentação de data centers cada vez maiores e potentes - com índices de utilização de energia e perturbação territorial absurdamente elevados - há-de chegar o dia em que o genuíno, o natural, o silêncio, a contemplação terão um valor incalculável e uma procura grande e de excelência.</p> <p>Conseguir prever e preparar os territórios para isso é essencial para a sua riqueza e preservação</p>	Nada a referir

Participação: ID 1179

Participação	Ponderação
<p>A valorização do solo rural — através de atividades geradoras de valor económico, ecológico e social — constitui uma condição essencial para a criação de paisagens mais resilientes ao fogo e funcionalmente sustentáveis. A presença de valor mobiliza os proprietários e utilizadores do solo para práticas de gestão que reduzem a exposição ao risco, reforçando a proteção de pessoas e bens e contribuindo para a permanência das populações no território. A ausência de valor conduz frequentemente ao abandono, enquanto a percepção de utilidade e retorno — seja ele financeiro, cultural ou ecológico — é indutora de compromisso com a gestão ativa. Neste contexto, os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem devem ser concebidos como mecanismos de ativação do território, promovendo uma articulação eficaz entre proteção contra incêndios, desenvolvimento económico e coesão social. A evidência demonstra que paisagens geridas são menos vulneráveis à propagação do fogo. Assim, territórios que deixaram de estar abandonados e que passam a ser ativos do ponto de vista económico, ecológico e social, tornam-se menos vulneráveis. Neste sentido, a gestão do território à escala da paisagem desempenha um papel fundamental na prevenção dos incêndios rurais, na proteção das populações e na promoção do desenvolvimento sustentável das regiões de intervenção.</p> <p>Quando os proprietários veem reconhecido o valor dos seus recursos fundiários e se conseguem apropriar desse valor, envolvem-se mais diretamente na sua gestão e compreendem com maior facilidade a importância de adotar comportamentos alinhados com boas práticas de gestão do risco e autoproteção.</p>	Nada a referir
<p>Assim, no âmbito dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem, esta Agência considera que, nos trabalhos desenvolvidos e face à oportunidade que estes programas representam, deve ser dada especial atenção aos seguintes aspetos:</p> <p>a) A proximidade às comunidades locais, procurando conhecer as suas práticas, a forma como usufruem do território, se tiraram valor das suas propriedades, e, em caso afirmativo, de que atividades, assegurando ainda que se compreendem as suas expectativas para o futuro;</p> <p>b) A proteção que a alteração da paisagem pode promover, garantindo que os habitantes das áreas de intervenção sintam maior segurança e conforto, contribuindo para a sua fixação e atraindo</p>	Nada a referir. O PRPG teve em consideração os aspetos referidos.

Participação	Ponderação
<p>novos residentes, ao percecionarem a paisagem envolvente como um mecanismo de proteção e não como um fator de ameaça acrescida;</p> <p>c) A compatibilização entre a transformação da paisagem, orientada para usos e ocupação mais resistente ao fogo — e as atividades económicas que sustentam os rendimentos dos proprietários a as populações locais, evitando desequilíbrios significativos entre as expectativas das comunidades, a criação de valor e as alterações ao uso do solo.</p>	
<p>Da análise do Diagnóstico Prospectivo, salienta-se:</p> <p>Página 5 e seguintes: A "Tabela 2.1_... Principais políticas, planos e programas com incidência na área de intervenção" inclui os vários instrumentos de planeamento que se aplicam na área do PRGP SMAPV, no entanto, temos a apontar duas correções: Os PMDFCI dos diferentes municípios terminam a sua vigência no final de 2025, de acordo com Decreto-Lei n.º 6/2025, de 11 de Fevereiro "1 - Os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios em vigor produzem efeitos até 31 de dezembro de 2025, sendo substituídos pelos programas sub-regionais de ação e programas municipais de execução previstos no presente decreto-lei." Sugere-se, por isso, a inclusão dos Instrumentos de Planeamento do SGIFR ajustados aos diversos níveis territoriais: Programa Nacional de Ação (PNA), Programa Regional de Ação do Centro (PRA-Centro), Programa Sub-regional de Ação Viseu Dão Lafões (PSA Viseu Dão Lafões) e respetivos Planos Municipais de Execução (PME);</p> <p>Página 20: Nos pontos relativos à Perigosidade de Incêndio Florestal e à Suscetibilidade a Pragas e Doenças, recomenda-se substituir a designação DFCI por SGIFR, dado que os DFCI estão a ser substituídos pelos instrumentos do SGIFR;</p> <p>Página 42: A informação apresentada na Figura 3.1 — Evolução da população residente nas freguesias abrangidas pelo PRGP SMAPV entre 2011 e 2021 — é pertinente para o diagnóstico. No entanto, considera-se que a escolha de um gráfico de linhas não é a mais adequada. Este tipo de representação é geralmente utilizado para ilustrar variações contínuas ao longo do tempo num mesmo sujeito ou conjunto homogéneo, o que não se aplica a este caso, dado que as freguesias são unidades territoriais distintas e independentes entre si. Recomenda-se, por isso, a substituição por um gráfico de barras duplas, tal como utilizado noutras partes do documento, assegurando uma leitura mais coerente e comparável dos dados.</p> <p>Página 123: Apesar de aplicar a mesma metodologia, seria útil apresentar a cartografia utilizada para o efeito de acordo com a Carta de Perigosidade de Incêndio Rural, também designada Perigosidade Estrutural 2020-2030 (n.º 1 do art.º 41.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro) que data de 2022, a versão apresentada é a de 2018.</p> <p>Página 170: A informação representada Figura 7.16_Número de explorações no INE e no IFAP, em 2019/2023. é relevante para o PRGP SMAPV, no entanto a opção pelo gráfico de linhas não nos parece a mais acertada, este é normalmente utilizado para expressar variações ao longo do eixo X, que não é o caso neste tipo de informação. Tendo em conta que as freguesias são elementos independentes sugere-se o uso de barras e pontos para a representação da informação.</p> <p>Página 171: A informação representada Figura 7.17_Superfície Agrícola no INE e no IFAP, em 2019/2023 é relevante para o PRGP SMAPV, no entanto a opção pelo gráfico de linhas não nos parece a mais acertada, este é normalmente utilizado para expressar variações ao longo do eixo X, que não é o caso neste tipo de informação. Tendo em conta que as freguesias são elementos independentes sugere-se retirar a informação apresentada em formato de linha.</p> <p>Página 181 e seguintes: O capítulo 9.2 - Fatores nucleares de desenvolvimento do PRGP contém informações relevantes para a construção do PRGP SMAPV, mas carece de uma melhor articulação com as fichas de projeto dos instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), incluindo o PRA-Centro. Este último contém projetos-chave</p>	<p>Face ao exposto optou-se por incluir no referencial estratégico o Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Centro por ser o mais abrangente</p> <p>Alterado em conformidade</p> <p>Não aceite. Considera-se que o gráfico apresenta uma boa leitura e permite destacar a análise que se pretende.</p> <p>Não aceite. Considera-se que o gráfico apresenta uma boa leitura e permite destacar a análise que se pretende.</p> <p>Não aceite. Considera-se que o gráfico apresenta uma boa leitura e permite destacar a análise que se pretende.</p> <p>Incluído nos pontos fortes a existência de instrumentos de planeamento do SGIFR</p>

Participação	Ponderação
<p>não mencionadas no quadro atual. Para garantir a coerência do PRGP com as estratégias de mitigação e prevenção de incêndios, sugere-se a melhoria da articulação com os programas do SGIFR:</p> <p>CAPACIDADE DE DEFESA DO TERRITÓRIO:</p> <ul style="list-style-type: none">2.2.1.2 - Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis2.2.1.3 - Garantir a gestão da rede secundária2.3.1.2 - Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas2.3.1.7 - Implementação e manutenção das redes de defesa <p>NECESSIDADES DE RE-ORIENTAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none">2.2.1.9 - Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural	
<p>RELATÓRIO DO PROGRAMA</p> <p>Página 4: A informação representada A informação representada Figura 7.17_Superfície Agrícola no INE e no IFAP, em 2019/2023 é relevante para a o PRGP SMAPV, no entanto a opção pelo gráfico de linhas não nos parece a mais acertada, este é normalmente utilizado para expressar variações ao longo do eixo X, que não é o caso neste tipo de informação. Tendo em conta que as freguesias são elementos independentes sugere-se retirar a informação apresentada em formato de linha.</p>	<p>Não aceite. Considera-se que o gráfico apresenta uma boa leitura e permite destacar a análise que se pretende.</p>
<p>Página 48: No capítulo 5.3 Economia rural, consideramos importante acrescentar a ligação com os instrumentos SGIFR, em especial as orientações estratégicas 1. Cuidar dos espaços rurais e 2. Valorizar os espaços rurais onde existem fichas projeto como 1.2.1.1 Gestão agregada de pequenas propriedades; 1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural; 1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais; 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos; 2.2.2.2Promover geração de energia à escala local com base em biomassa, entre outros que estão alinhados com os objetivos do PRGP SMAPV.</p>	<p>Nada a referir</p>
<p>Página 55: Existem referências aos "elementos estruturantes de DFCI previstos no PMDFCI", considerando que os PMDFCI dos diferentes municípios terminam a sua vigência no final de 2025, de acordo com Decreto-Lei n.º 6/2025, de 11 de Fevereiro "1 - Os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios em vigor produzem efeitos até 31 de dezembro de 2025, sendo substituídos pelos programas sub-regionais de ação e programas municipais de execução previstos no presente decreto-lei." Pelo que se sugere a inclusão dos vários Instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais ajustada aos diversos níveis territoriais, Programa Nacional de Ação (PNA), Programa Regional de Ação do Centro (PRA-Centro) onde está a rede primária de FGC, Programa Sub-regional de Ação Viseu Dão Lafões (PSA Viseu Dão Lafões) onde está a rede secundária de FGC, rede viária florestal, pontos de água e postos de vigia.</p>	<p>Face ao exposto optou-se por incluir no referencial estratégico o Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Centro por ser o mais abrangente</p>
<p>Página 66: Na referência SGIFR e PROF, sugerimos a reformulação da diretriz D10, pois o desenho e aprovação da rede primária de FGC é validada pela comissão regional de gestão integrada de fogos rurais e publicada no programa regional de ação. Pode, e deve, ser considerado o trabalho desenvolvido na construção do PRGP mas redação proposta está no sentido inverso.</p>	<p>Alterado em conformidade</p>
<p>Página 69: Considerando a Ação de reforço de resiliência_03, sugere-se a alteração da expressão "Reconversão", pois na lógica indicada a reconversão é apenas um tipo de intervenção, estas áreas poderão cumprir os objetivos a que se propõem através de, p.e. redução de densidades, desramação, desbaste ou pastoreio. Também a expressão "mosaicos de gestão de combustível" não parece estar alinhada com o disposto no Decreto-Lei n.º82/2021 onde, no artigo 52º estão definidas as áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível. Sugerimos a uniformização da definição.</p>	<p>A ideia de reconversão implica uma alteração do uso do solo, e uma redefinição da sua ocupação, e não se refere exclusivamente a um tipo de intervenção. A reconversão de mosaicos acolhe um conjunto de intervenções nos povoamentos florestais que incluirão certamente redução de densidades, desramação, desbastes e a inclusão do pastoreio enquanto atividade que permitirá o controlo do desenvolvimento da vegetação arbustiva.</p> <p>A expressão "mosaicos de gestão de combustível" considerada coaduna-se com a definição descrita no artigo 52º do DL 82/2021: "As áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível visam minimizar os efeitos e dimensão dos incêndios rurais, através da sua implementação em locais estratégicos, condicionando o comportamento e propagação do fogo na paisagem e minimizando os seus impactos", sendo que a sua</p>

Participação	Ponderação
Página 70 e seguintes: nos quadros que resumem as ações existem várias referências ao ano de início 2024, considerando que o ano de início será 2025, como indicado na página 85, requer atualização.	instalação deve ter em conta "A localização de pontos críticos de abertura do fogo na paisagem".
Página 72: O uso da expressão “reconversão” pode indicar a limitação da intervenção apenas a um tipo de tratamento, sugere-se a sua alteração.	Todo o programa de execução já foi ajustado ao período 2025-2035.
Face ao exposto, reiteram-se as preocupações já expressas no início do presente parecer, nomeadamente:	A ideia de reconversão implica uma alteração do uso do solo, e uma redefinição da sua ocupação, e não se refere exclusivamente a um tipo de intervenção. A reconversão acolhe um conjunto de intervenções nos povoamentos florestais que incluirão certamente redução de densidades, desramação, desbastes, a inclusão do pastoreio ou de culturas agrícolas permanentes.
1. garantir a coerência entre o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga (PRGP SMAPV) e as orientações estratégicas definidas no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) e no Programa Nacional de Ação (PNA); 2. assegurar que os objetivos do programa sejam compatíveis com a criação de valor económico e com a manutenção das atividades e rendimentos das populações locais, sem comprometer as oportunidades de desenvolvimento e a atratividade da região; 3. e, por fim, a relevância de articular de forma efetiva com os Programas Sub-regionais de Ação (PSA), em linha com a arquitetura do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).	Nada a referir
Neste enquadramento, o parecer a emitir por esta Agência é desfavorável. A emissão de parecer favorável ficará condicionada à incorporação dos elementos mencionados e à correção das insuficiências identificadas ao longo do presente parecer.	Nada a referir

ANEXO III_RA: PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

Participação: ID 86621

Participação	Ponderação
<p>Neste documento de tão relevante importância para as propostas a serem desenvolvidas no PRGP afirmações como “Extensas áreas de povoamentos de pinheiro bravo com pouca gestão e elevada densidade, potenciando o risco de incêndio.”, “Domínio de monoculturas florestais inflamáveis (pinheiro-bravo, eucalipto), com continuidade horizontal e alta vulnerabilidade ao fogo.”</p> <p>“Forte fragmentação da paisagem ecológica e produtiva, comprometendo a resiliência do território.” e “Perda de zonas agrícolas e pastoris, em transição para matos abandonados ou usos florestais não geridos.”, deveria ser a mais relevante chamada de atenção para o papel fundamental da presença das pessoas e da sua atividade económica que permite um território sustentável. Não é retirar da equação a importância económica, a sobrevivência das pessoas com uma formulação de planeamento que não será concretizável sem o envolvimento dos seus legítimos proprietários. Compreende-se a que o âmbito de uma avaliação ambiental estratégica, poderá não ser suficientemente abrangente para esta componente social, mas espera-se, no mínimo, uma avaliação séria e sem dogmas ou “pré-conceitos”.</p> <p>“Para o eucalipto, a área de estudo revela um elevado potencial produtivo, com 98,6% da superfície classificada com ‘Boa Aptidão Produtiva’...” “As espécies com menor taxa de armazenamento de carbono por hectare são o pinheiro bravo (0,01 tCO₂e/ha), o sobreiro (0,004 tCO₂e/ha) e os eucaliptos (0,01 tCO₂e/ha).” Embora o eucalipto tenha boa aptidão produtiva, o relatório destaca sua baixa contribuição para o sequestro de carbono, o que pode ser interpretado como uma crítica à sua sustentabilidade ambiental e releva-se a incongruência dos valores apresentados para o eucalipto em comparação com pinheiro-bravo ou outros carvalhos, nomeadamente quando consultamos aqui: MVC1.pdf os valores presentes na Metodologia para Florestação, recentemente colocadas em consulta pública no âmbito do Mercado Voluntário de Carbono Português.</p> <p>Não percecionar a existência de um ciclo de fogo (abandono-fogo-abandono), apesar dos dados apresentados no Relatório de Programa (Diagnóstico Territorial: Enfrenta despovoamento acentuado, envelhecimento populacional e desemprego significativo”) no Regime de Fogo para esta região, e querer responsabilizar a “Persistência de um modelo florestal desordenado e monoespecífico, com aumento do risco de incêndios catastróficos e baixa resiliência da paisagem.”, reflete pouco discernimento sobre como seria uma floresta natural no contexto mediterrânico em que nos encontramos, acresce ainda um não reconhecimento do papel multifuncional que uma floresta de produção, bem gerida pode representar. Este tipo de afirmações parece conduzir todos os problemas da paisagem à existência da floresta de produção, e não, que se pensa ser o objetivo do Programa de Transformação da Paisagem, conferir maior resiliência e sustentabilidade à paisagem</p> <p>Agradece-se o contributo apresentado, o qual será considerado com a devida atenção no processo de aperfeiçoamento e validação da proposta.</p> <p>A implementação bem-sucedida do PRGP_SMAPV depende fortemente do envolvimento ativo dos agentes florestais com presença efetiva no território, como é o caso da Navigator e da Biond – Associação das Bioindústrias de Base Florestal.</p> <p>Os agentes florestais, enquanto atores estratégicos da economia rural e da gestão de espaços florestais de grande escala, desempenham um papel central na criação de valor, na gestão do risco, na promoção da multifuncionalidade do território e no reforço da coesão socioeconómica regional. A Navigator tem desenvolvido iniciativas de plantação de espécies autóctones e de criação de áreas de conservação florestal, como parte do seu compromisso de responsabilidade social e ambiental. Importa esclarecer que as afirmações referidas no parecer — relativas à vulnerabilidade ao fogo, à fragmentação ecológica e ao abandono dos usos produtivos — não visam desvalorizar ou excluir o papel económico da floresta de produção, nem os legítimos interesses dos proprietários florestais, mas antes sinalizar riscos territoriais concretos associados à ausência de gestão ativa, à continuidade horizontal de certos povoamentos, conforme evidenciado por múltiplas fontes técnicas, académicas e operacionais (incluindo o Regime de Fogo e o histórico recente de incêndios na região).</p> <p>Nesse sentido, o PRGP_SMAPV não propõe a substituição generalizada de povoamentos produtivos, mas sim a sua valorização multifuncional, a sua gestão, reconversão localizada ou integração em mosaicos mais resilientes, de forma concertada com os proprietários, as comunidades e os agentes económicos. O Programa reconhece que uma floresta de produção bem gerida, tecnicamente assistida e integrada num ordenamento funcional, pode e deve desempenhar um papel relevante na economia rural, na estabilidade da paisagem e na prestação de serviços de ecossistemas.</p> <p>Não se pretendeu, em momento algum, sugerir que espécies como o eucalipto são ambientalmente inúteis — mas sim reforçar a ideia de que a sustentabilidade do modelo depende do contexto de gestão, do equilíbrio estrutural e da inserção funcional no mosaico territorial.</p> <p>Relativamente à taxa de armazenamento de carbono por hectare, no relatório de diagnóstico explica-se a origem desses valores:</p> <p>“Com base nas áreas de cada povoamento florestal determinou-se o carbono armazenado por unidade de área (hectare) para cada espécie florestal.”</p> <p>Ou seja, o valor indicado de 0,01 tCO₂/ha para o eucalipto e pinheiro bravo resulta da divisão entre o carbono armazenado na biomassa e a área dos povoamentos de eucalipto e de pinheiro bravo existentes na região NUT III Viseu Dão Lafões (indicados no Inventário Florestal Nacional). Ora, tanto o carbono armazenado na biomassa como a área dos povoamentos florestais são já o reflexo da ocorrência de incêndios consecutivos na região e de perdas de densidade e consequentemente de produtividade recorrentes naquela região, e não podem ser comparadas com valores indicados na bibliografia para povoamentos de eucalipto geridos e com níveis de produtividade superiores. Os valores indicados na bibliografia resultam de medições efetuadas em povoamentos geridos em regiões provavelmente mais produtivas, enquanto os dados do inventário florestal nacional refletem a realidade da floresta daquela região em concreto.</p> <p>A referência ao “modelo florestal desordenado e monoespecífico” não é uma crítica à floresta em si, mas ao</p>	<p>Agradece-se o contributo apresentado, o qual será considerado com a devida atenção no processo de aperfeiçoamento e validação da proposta.</p> <p>A implementação bem-sucedida do PRGP_SMAPV depende fortemente do envolvimento ativo dos agentes florestais com presença efetiva no território, como é o caso da Navigator e da Biond – Associação das Bioindústrias de Base Florestal.</p> <p>Os agentes florestais, enquanto atores estratégicos da economia rural e da gestão de espaços florestais de grande escala, desempenham um papel central na criação de valor, na gestão do risco, na promoção da multifuncionalidade do território e no reforço da coesão socioeconómica regional. A Navigator tem desenvolvido iniciativas de plantação de espécies autóctones e de criação de áreas de conservação florestal, como parte do seu compromisso de responsabilidade social e ambiental. Importa esclarecer que as afirmações referidas no parecer — relativas à vulnerabilidade ao fogo, à fragmentação ecológica e ao abandono dos usos produtivos — não visam desvalorizar ou excluir o papel económico da floresta de produção, nem os legítimos interesses dos proprietários florestais, mas antes sinalizar riscos territoriais concretos associados à ausência de gestão ativa, à continuidade horizontal de certos povoamentos, conforme evidenciado por múltiplas fontes técnicas, académicas e operacionais (incluindo o Regime de Fogo e o histórico recente de incêndios na região).</p> <p>Nesse sentido, o PRGP_SMAPV não propõe a substituição generalizada de povoamentos produtivos, mas sim a sua valorização multifuncional, a sua gestão, reconversão localizada ou integração em mosaicos mais resilientes, de forma concertada com os proprietários, as comunidades e os agentes económicos. O Programa reconhece que uma floresta de produção bem gerida, tecnicamente assistida e integrada num ordenamento funcional, pode e deve desempenhar um papel relevante na economia rural, na estabilidade da paisagem e na prestação de serviços de ecossistemas.</p> <p>Não se pretendeu, em momento algum, sugerir que espécies como o eucalipto são ambientalmente inúteis — mas sim reforçar a ideia de que a sustentabilidade do modelo depende do contexto de gestão, do equilíbrio estrutural e da inserção funcional no mosaico territorial.</p> <p>Relativamente à taxa de armazenamento de carbono por hectare, no relatório de diagnóstico explica-se a origem desses valores:</p> <p>“Com base nas áreas de cada povoamento florestal determinou-se o carbono armazenado por unidade de área (hectare) para cada espécie florestal.”</p> <p>Ou seja, o valor indicado de 0,01 tCO₂/ha para o eucalipto e pinheiro bravo resulta da divisão entre o carbono armazenado na biomassa e a área dos povoamentos de eucalipto e de pinheiro bravo existentes na região NUT III Viseu Dão Lafões (indicados no Inventário Florestal Nacional). Ora, tanto o carbono armazenado na biomassa como a área dos povoamentos florestais são já o reflexo da ocorrência de incêndios consecutivos na região e de perdas de densidade e consequentemente de produtividade recorrentes naquela região, e não podem ser comparadas com valores indicados na bibliografia para povoamentos de eucalipto geridos e com níveis de produtividade superiores. Os valores indicados na bibliografia resultam de medições efetuadas em povoamentos geridos em regiões provavelmente mais produtivas, enquanto os dados do inventário florestal nacional refletem a realidade da floresta daquela região em concreto.</p> <p>A referência ao “modelo florestal desordenado e monoespecífico” não é uma crítica à floresta em si, mas ao</p>

Participação	Ponderação
	<p>modo como certos territórios foram deixados à sua evolução espontânea, sem investimento, planeamento, nem gestão de riscos.</p> <p>O PRGP_SMAPV visa, justamente, ultrapassar esse padrão, promovendo novas formas de gestão integrada, economicamente viáveis e socialmente participadas, onde a floresta — de produção, proteção ou uso múltiplo — assume um papel estruturante.</p> <p>O PRGP_SMAPV reconhece a necessidade e a oportunidade de trabalhar em articulação com os principais operadores florestais, como a Navigator e as entidades associadas à Biond. A transição para um território mais resiliente e sustentável exige convergência estratégica entre conservação da natureza, desenvolvimento económico e responsabilidade social, numa lógica de corresponsabilização e benefício mútuo.</p>

Participação: 86609

Participação	Ponderação
<p>Neste documento de tão relevante importância para as propostas a serem desenvolvidas no PRGP afirmações como “Extensas áreas de povoamentos de pinheiro bravo com pouca gestão e elevada densidade, potenciando o risco de incêndio.”, “Domínio de monoculturas florestais inflamáveis (pinheiro-bravo, eucalipto), com continuidade horizontal e alta vulnerabilidade ao fogo.”</p> <p>“Forte fragmentação da paisagem ecológica e produtiva, comprometendo a resiliência do território.” e “Perda de zonas agrícolas e pastoris, em transição para matos abandonados ou usos florestais não geridos.”, deveria ser a mais relevante chamada de atenção para o papel fundamental da presença das pessoas e da sua atividade económica que permite um território sustentável. Não é retirar da equação a importância económica, a sobrevivência das pessoas com uma formulação de planeamento que não será concretizável sem o envolvimento dos seus legítimos proprietários. Compreende-se a que o âmbito de uma avaliação ambiental estratégica, poderá não ser suficientemente abrangente para esta componente social, mas espera-se, no mínimo, uma avaliação séria e sem dogmas ou “pré-conceitos”.</p> <p>“Para o eucalipto, a área de estudo revela um elevado potencial produtivo, com 98,6% da superfície classificada com ‘Boa Aptidão Produtiva’...” As espécies com menor taxa de armazenamento de carbono por hectare são o pinheiro bravo (0,01 tCO₂/ha), o sobreiro (0,004 tCO₂/ha) e os eucaliptos (0,01 tCO₂/ha).” Embora o eucalipto tenha boa aptidão produtiva, o relatório destaca sua baixa contribuição para o sequestro de carbono, o que pode ser interpretado como uma crítica à sua sustentabilidade ambiental e releva-se a incongruência dos valores apresentados para o eucalipto em comparação com pinheiro-bravo ou outros carvalhos, nomeadamente quando consultamos aqui: MVC1.pdf os valores presentes na Metodologia para Florestação, recentemente colocadas em consulta pública no âmbito do Mercado Voluntário de Carbono Português.</p> <p>Não percecionar a existência de um ciclo de fogo (abandono-fogo-abandono), apesar dos dados apresentados no Relatório de Programa (Diagnóstico Territorial: Enfrenta despovoamento acentuado, envelhecimento populacional e desemprego significativo) no Regime de Fogo para esta região, e querer responsabilizar a “Persistência de um modelo florestal desordenado e monoespecífico, com aumento do risco de incêndios catastróficos e baixa resiliência da paisagem.”, reflete pouco discernimento sobre como seria uma floresta natural no contexto mediterrânico em que nos encontramos, acresce ainda um não reconhecimento do papel multifuncional que uma floresta de produção, bem gerida pode representar. Este tipo de afirmações parece conduzir todos os problemas da paisagem à existência da floresta de produção, e não, que se pensa ser o objetivo do Programa de Transformação da Paisagem, conferir maior resiliência e sustentabilidade à paisagem</p>	<p>A equipa técnica do PRGP_SMAPV agradece o contributo apresentado, o qual será considerado com a devida atenção no processo de aperfeiçoamento e validação da proposta.</p> <p>A implementação bem-sucedida do PRGP_SMAPV depende fortemente do envolvimento ativo dos agentes florestais com presença efetiva no território, como é o caso da Navigator e da Biond – Associação das Bioindústrias de Base Florestal.</p> <p>Estas entidades, enquanto atores estratégicos da economia rural e da gestão de espaços florestais de grande escala, desempenham um papel central na criação de valor, na gestão do risco, na promoção da multifuncionalidade do território e no reforço da coesão socioeconómica regional. A equipa técnica da AAE tem conhecimento da responsabilidade social e ambiental que a Navigator tem vindo a assumir, ao integrar carvalhos, sobreiros, medronheiros, castanheiros e outras espécies autóctones em zonas de proteção, linhas de água e áreas marginais às plantações de eucalipto.</p> <p>Essas plantações têm contribuído para melhorar a biodiversidade, aumentar a resiliência ecológica e valorizar o património natural dos territórios onde opera.</p> <p>A Navigator é um exemplo enquanto operador florestal, uma vez que está envolvida em projetos de restauração ecológica e recuperação de áreas ardidas com espécies nativas, frequentemente em articulação com entidades públicas e privadas.</p> <p>Importa esclarecer que as afirmações referidas no contributo — relativas à vulnerabilidade ao fogo, à fragmentação ecológica e ao abandono dos usos produtivos — não visam desvalorizar ou excluir o papel económico da floresta de produção, nem os legítimos interesses dos proprietários florestais, mas antes sinalizar riscos territoriais concretos associados à ausência de gestão ativa, à continuidade horizontal de certos povoamentos, conforme evidenciado.</p> <p>Nesse sentido, o PRGP_SMAPV não propõe a substituição generalizada de povoamentos produtivos, mas sim a sua valorização multifuncional, a sua gestão, reconversão localizada ou integração em mosaicos mais resilientes, de forma concertada com os proprietários, as comunidades e os agentes económicos. O Programa reconhece que uma floresta de produção bem gerida, tecnicamente assistida e integrada num ordenamento funcional, pode e deve desempenhar um papel relevante na economia rural, na estabilidade da paisagem e na prestação de serviços de ecossistemas.</p> <p>Não se pretendeu, em momento algum, sugerir que espécies como o eucalipto são ambientalmente inúteis — mas sim reforçar a ideia de que a sustentabilidade do modelo depende do contexto de gestão, do equilíbrio estrutural e da inserção funcional no mosaico territorial.</p> <p>Relativamente à taxa de armazenamento de carbono por hectare, no relatório de diagnóstico do PRGP explica-se a origem desses valores:</p> <p>“Com base nas áreas de cada povoamento florestal determinou-se o carbono armazenado por unidade de área (hectare) para cada espécie florestal.”</p> <p>Ou seja, o valor indicado de 0,01 tCO₂/ha para o eucalipto e pinheiro bravo resulta da divisão entre o carbono armazenado</p>

Participação

Ponderação

na biomassa e a área dos povoamentos de eucalipto e de pinheiro bravo existentes na região NUT III Viseu Dão Lafões (indicados no Inventário Florestal Nacional). Ora, tanto o carbono armazenado na biomassa como a área dos povoamentos florestais são já o reflexo da ocorrência de incêndios consecutivos na região e de perdas de densidade e consequentemente de produtividade recorrentes naquela região, e não podem ser comparadas com valores indicados na bibliografia para povoamentos de eucalipto geridos e com níveis de produtividade superiores. Os valores indicados na bibliografia resultam de medições efetuadas em povoamentos geridos em regiões provavelmente mais produtivas, enquanto os dados do inventário florestal nacional refletem a realidade da floresta daquela região em concreto.

A referência ao "modelo florestal desordenado e monoespecífico" não é uma crítica à floresta de produção monoespecífica bem gerida, mas ao modo como parte do território foi deixado à sua evolução espontânea, sem investimento, planeamento nem gestão de riscos.

O PRGP_SMAPV visa, justamente, ultrapassar esse padrão, promovendo novas formas de gestão integrada, economicamente viáveis e socialmente participadas, onde a floresta — de produção, proteção ou uso múltiplo — assume um papel estruturante.

O PRGP_SMAPV reconhece a necessidade e a oportunidade de trabalhar em articulação com os principais operadores florestais, como a Navigator e as entidades associadas à Biond. A transição para um território mais resiliente e sustentável exige convergência estratégica entre conservação da natureza, desenvolvimento económico e responsabilidade social, numa lógica de corresponsabilização e benefício mútuo.

Participação: ID 85607

Participação

Ponderação

Com o mundo a tornar-se cada vez mais digital, em que cada vez mais recursos são dirigidos para a alimentação de data centers cada vez maiores e potentes - com índices de utilização de energia e perturbação territorial absurdamente elevados - há-de chegar o dia em que o genuíno, o natural, o silêncio, a contemplação terão um valor incalculável e uma procura grande e de exceléncia.

Conseguir prever e preparar os territórios para isso é essencial para a sua riqueza e preservação.

O PRGP tem precisamente como objetivo aumentar a resiliência destes territórios, assegurando o melhor equilíbrio possível das suas diversas valências, especificidades, recursos e valores, permitindo também que recuperem, pois é fundamental que estes territórios sejam "vivos" e vividos, para que estas estratégicas e modelos de intervenção tenham sucesso.

**Matosinhos**

R.Tomás Ribeiro, nº412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159

Lisboa

R. Duque de Palmela, nº25 – 2º
1250-097 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt
www.quarternaire.pt